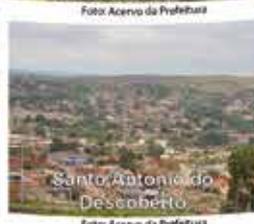
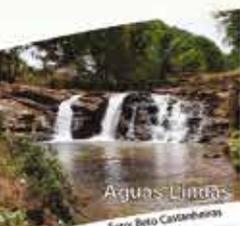


A PMAD 2013 traça o perfil da população da Periferia Metropolitana p. 31



Modelo de gestão de resíduos sólidos

p. 13

Projeções Demográficas - 2030

p. 35

Agronegócio e riscos para a alimentação

p. 19



Entrevista Elimar Pinheiro do Nascimento
A questão ambiental no mundo, no Brasil e no Distrito Federal

p. 7



COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Missão

Apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamental e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Brasília em debate - Ano 2013 - nº 5 - Dezembro
1.Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)
ISSN - 2316-820X

Índice

A questão ambiental no mundo, no Brasil e no DF Elimar Pinheiro do Nascimento	7
Inflação Newton Marques	12
Planejamento regional dos resíduos sólidos na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno Marcos Helano F. Montenegro e Thiago Faquinelí Timóteo	13
O agronegócio e os riscos para o abastecimento alimentar no Brasil Gerson Teixeira	19
A Estrutura Agrária sem limites exacerba a questão agrária Guilherme C. Delgado	21
Ocupação urbana Sul/Sudeste do DF - Uma nova Cidade? Suely Gonzales	23
Circuito Empreendedor traz novidades em 2014 Bianca Baamonde	27
Idecon-DF Sandra Regina	30
Pesquisa da Codeplan aponta quadro de pobreza e precária infraestrutura na PMB	31
Codeplan discute impacto das projeções demográficas para 2030	35
Brasília e os Objetivos do Milênio Oswaldo Russo	41

Brasília em Debate

Dezembro - 2013
Ano 2013 - nº 5

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador
Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN

Paulo Antenor de Oliveira - Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF CODEPLAN

Júlio Miragaya - Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya - Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo de Azevedo - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Wilson Ferreira de Lima - Diretor

SECRETARIA GERAL

Edivan Batista Carvalho - Secretário

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Antenor de Oliveira
Júlio Miragaya
Oswaldo Russo
Aldo Paviani
Ana Maria Nogaes
Dercio Munhoz
Roberto Piscitelli
Jusciano Souza
Iraci Peixoto

Jornalista Responsável

Valda Queiroz - Reg. prof. 426-DF
valda.queiroz@codeplan.df.gov.br

Capa e arte final

Mauro Moncaio

Apoio

Heloisa Herdy, Nilva Rios, Eliane Menezes, Maurício Suda,
Laerte Gouveia, Cleusa Rocha, Vânia Galvão, Marla Marçal,
Thayanne Tavares

Observação:

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte

Ed. Codeplan

SAM - Projeção "H"

CEP: 70620-000 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-1021

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Impressão: Gráfica Saturno

Pré-impressão: Colorpress

Apresentação

A edição número 5 da revista *Brasília em Debate* encerra o ano de 2013 com ampla reportagem sobre os resultados da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), divulgada em seminário realizado na Universidade dos Correios em 18 de dezembro com cerca de 400 participantes, que aponta um quadro de pobreza e de precária infraestrutura urbana nos 12 municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília, destacando o tão necessário planejamento integrado entre o DF e a referida região.

Outro estudo que suscitou grande interesse foi sobre as *Projeções demográficas para 2030: impacto nas demandas das áreas de Emprego, Educação, Saúde, Transporte e Habitação*, apresentado nos dias 19 e 20 de dezembro último. A importância do evento originou uma série de matérias veiculadas pela TV Globo Brasília, com os cinco temas tendo sido debatidos no programa *Bom Dia DF* na semana de 16 a 20 do referido mês.

O entrevistado da presente edição é o sociólogo Elimar Pinheiro do Nascimento, pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) com ampla experiência acadêmica e assessoria pública no Brasil e no exterior. Elimar falou sobre *A questão ambiental no mundo, no Brasil e no DF*. Em tom crítico, discorreu sobre a evolução do debate nas conferências ambientais, com um balanço da situação internacional. Abordou também a questão da preservação dos biomas, a reforma agrária e o Zoneamento Econômico-Ecológico do Distrito Federal (ZEE/DF), entre outros.

O artigo de Marcos Helano Montenegro e Thiago Faquinesi Timóteo também trata da questão ambiental, ao apresentar um modelo de otimização da alocação de cargas de resíduos sólidos urbanos, em sistema regional de transbordo e disposição em aterros sanitários, que recebem rejeitos gerados por 51 localidades do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno.

Já a relação entre o agronegócio e os riscos para o abastecimento alimentar no Brasil foi tema explorado por Gerson Teixeira sobre a distorção ante a produção de grãos, hoje transformados em commodities para irrigar os lucros das empresas transnacionais. Guilherme C. Delgado analisou como a estrutura agrária altamente concentrada exacerba a questão agrária.

De autoria da professora Suely Gonzales, da UnB, o artigo sobre ocupação urbana no DF apresenta incisivos questionamentos e uma importante contribuição para a discussão do plano do governo para a ocupação da Zona Urbana de Expansão e Qualificação Sul/Sudeste do Distrito Federal.

Artigo do Diretor da Codeplan Oswaldo Russo sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com a citação de dados estatísticos dos últimos 10 anos da área federal e do governo local, destaca os resultados parciais já alcançados pelo Distrito Federal em relação aos compromissos assumidos por 193 países desde 2001 com metas a serem alcançadas até 2015.

Por fim, o nosso parceiro Sebrae/DF publica matéria sobre o projeto de capacitação dos empreendedores locais por meio do Circuito Empreendedor, treinando, entre outros, contabilistas para que possam identificar fragilidades financeiras em pequenos negócios e, mediante diagnósticos precisos, atender as necessidades dos pequenos empreendedores. ■

A Codeplan divulgou, em 18/12, com a presença do Governador Agnelo e de prefeitos e vice-prefeitos, a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), primeira a apresentar, de forma ampla, o perfil socioeconômico da população dos 12 municípios goianos que formam, com o DF, a Área Metropolitana de Brasília (AMB).

A população total estimada da região é de 1.128.313 habitantes, incríveis onze vezes maior que os 100.024 existentes em 1970, sendo que na área rural residem apenas 56.730 pessoas (5%). Ela é majoritariamente jovem, pois mais de dois terços de seus moradores (70,64%) têm até 39 anos de idade. A taxa de analfabetismo é alta (5,45%) e quase 45% da população total sequer tem o ensino fundamental completo. Apenas 28.598 crianças estão na creche e pré-escola, enquanto 62.910 crianças menores de 6 anos estão fora da escola.

A renda domiciliar média mensal é de R\$ 2.043,35 ou 3,01 salários mínimos (SM). Do total de 312.374 domicílios pesquisados, 41,47% tem rendimento de até 2 SM e 45,78% entre 2 a 5 SM, sendo que apenas 12,75% tem rendimento acima de 5 SM.

O percentual de domicílios ligados à rede geral de abastecimento d'água é de 88,90%, mas apenas 31,30% são ligados à rede geral de esgoto sanitário, predominando os servidos por fossa rudimentar (37,60%) e séptica (30,80%). O serviço de limpeza urbana cobre 98,20% dos domicílios, mas apenas 14,90% contam com a coleta diária.

O acesso aos serviços públicos de saúde al-

cança 94,14% da população, sendo que 66,10% utilizam serviços no próprio município, enquanto 33,68% buscam o serviço público de saúde do DF, com destaques para o Novo Gama (92,58%), Águas Lindas de Goiás (58,75%), além dos núcleos urbanos de Monte Alto (94,13%), Jardim ABC (86,77%), Campos Lindos (83,36%), Girassol (61,53%) e Jardim Ingá (36,10%).

Do total de 470.675 pessoas ocupadas, 251.980 trabalham no próprio município (53,54%) e 211.993 (45,03%), no DF. Em metade dos municípios, os percentuais de moradores trabalhando no DF supera o patamar de 50%, com destaque para Planaltina (69,53%); Águas Lindas de Goiás (61,32%); Santo Antônio do Descoberto (59,38%); Novo Gama (59,34%); Valparaíso de Goiás (55,57%) e Cidade Ocidental (52,90%). Em três municípios (Luziânia, Padre Bernardo e Cocalzinho de Goiás), o percentual dos que trabalham no DF oscila entre 25% e 30% e em Formosa, Alexânia e Cristalina, esses não chegam a 10% dos ocupados. A RA I – Brasília (Plano Piloto) é o destino de 60,24% dos que têm no DF seu local de trabalho.

Os dados, que podem ser acessados em www.codeplan.df.gov.br, expõem as enormes assimetrias entre o DF e sua periferia metropolitana e a relação de forte dependência, assim como explicitam a necessidade de um planejamento integrado das duas áreas, mediante a implementação de um plano de desenvolvimento da área metropolitana, cuja população se aproxima dos 4 milhões. ■

Os dados da PMAD expõem as enormes assimetrias entre o DF e sua periferia metropolitana e a relação de forte dependência, assim como explicitam a necessidade de um planejamento integrado das duas áreas, mediante a implementação de um plano de desenvolvimento da área metropolitana, cuja população se aproxima dos 4 milhões.

Um feliz 2014

Júlio Miragaya
Presidente da Codeplan

Central de Relacionamento do GDF

Inaugurada em 1984 pela Codeplan, a Central coloca à disposição da população informações e orientações sobre os serviços prestados pelos órgãos do governo. Aproximadamente 224 mil ligações telefônicas são atendidas por mês, em ambiente totalmente informatizado.

156, opção 1	Sedest - Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua e demais informações da Secretaria
156, opção 2	Secretaria de Educação - Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado e demais informações da Secretaria
156, opção 3	Secretaria de Fazenda - IPTU, IPVA, Nota Legal
156, opção 4	DF Trans(*) - Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre
156, opção 5	CODHAB - Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote e demais informações
156, opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
156, opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-racial
156, opção 8 sub opção 4	Inscrição e agendamento para efetivação de matrícula nos cursos do programa Fábrica Social
160, opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
160, opção 2	Fundação Hemocentro de Brasília - Agendamento e solicitação de doação de sangue
160, opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos
160, opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do DF
162	Ouvidoria do GDF (*) - Reclamações, elogios, sugestões e solicitações
192	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060	Combate à Corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações

Atendimento ao Cidadão 156 - 160 -162 - 192
Informe-se, tire dúvidas e denuncie (ligações gratuitas)

Horário de funcionamento (exceto SAMU)
(*) Segunda a sexta-feira : 7h às 19h
Segunda a sexta-feira : 7h às 21h
Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

A questão ambiental no mundo, no Brasil e no DF

Com brilhante carreira acadêmica e assessoria na área pública, o sociólogo, professor e pesquisador, Elimar Pinheiro do Nascimento do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, hoje atua em pesquisas nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade, tanto no Brasil quanto no exterior. Faz parte do seletivo grupo liderado por Edgar Morin, quem em um certo momento, indagou se não estamos caminhando para o abismo. Mas ele mesmo respondeu, no livro seguinte, apontando uma via (La voie). “Devem existir várias, mas elas passam todas pelo caminho da ousadia, da experimentação do novo. Coisa que existe cada vez menos no mundo tradicional da política. O paradoxo é que não podemos construir uma via que não passe pela política, pelo jogo democrático do enfrentamento dos interesses contraditórios”.

Nesta entrevista concedida à jornalista Valda Queiroz, com a colaboração dos técnicos da Codeplan Cárity Sampaio e Francisco José de Souza, o sociólogo Elimar Pinheiro do Nascimento faz uma análise do debate ambiental na esfera internacional, a preservação dos biomas, a estrutura fundiária, a reforma agrária que finda na exclusão social, entre outros. Reconhece os avanços na área social do atual Governo Federal e do anterior, mas enfatiza que os fatores responsáveis pela redução da pobreza estão se esgotando diante do desempenho “pífio” da economia e da perda de competitividade de nossa indústria. Da mesma forma, está ciente das iniciativas mundiais de enfrentar os efeitos da crise ambiental, mas absolutamente insuficientes para reduzir e menos ainda anular estes impactos, entre eles as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.

Conclui que o mundo, do ponto de vista ambiental, piorou. Mas, há a ressalva de que este balanço não muito positivo – afinal, foram tomadas medidas que estão contribuindo para a redução do uso de recursos naturais por produto ou ampliação do uso de fontes de energia limpa, mas irrelevantes para mudar o quadro – deve-se ao fato de que a sociedade civil não assumiu a questão ambiental como uma questão essencial. Há uma dupla superficialidade na consciência ambiental no mundo.

Com um tom crítico, acha que é um erro julgarmos que o mundo está ameaçado apenas pelas mudanças climáticas. Em primeiro lugar porque as mudanças climáticas resultam de projeções futuras, sobre as quais temos pouco domínio. O futuro, não podemos esquecer, é sempre a morada privilegiada da incerteza. Há outros processos, igualmente graves, para os quais nossa atenção não é atraída, e que ocorrem sob os nossos olhos, mas não os vemos.

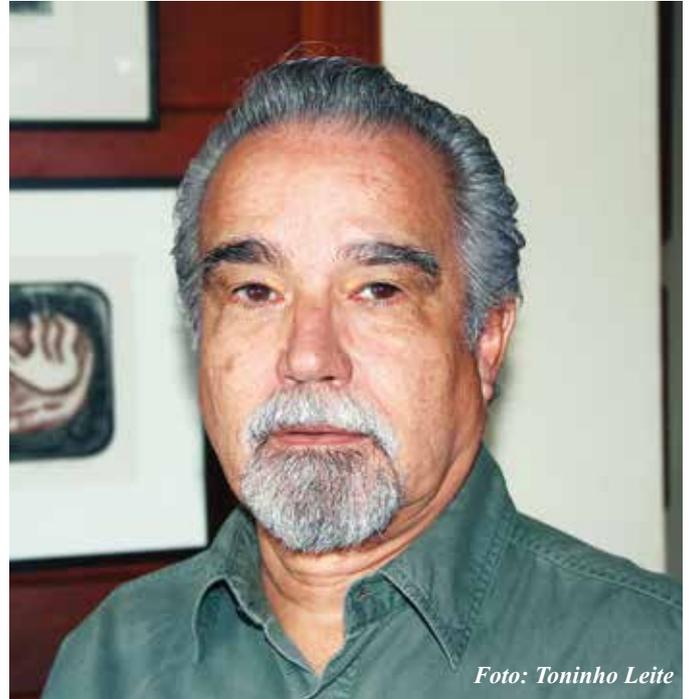


Foto: Toninho Leite

Elimar Pinheiro do Nascimento é doutor em sociologia pela Universidade Paris V, René Descartes (1982), com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1992). Lecionou nas universidades Eduardo Mondlane, em Moçambique (1976/1979); Federal da Paraíba (1979/1985) e Federal de Pernambuco (1985/1987). Atualmente trabalha no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília, onde foi diretor entre 2007-2011, antes pertenceu ao Departamento de Sociologia (1987/2007). Desempenhou algumas funções públicas como assessor do Ministério de Educação e Cultura em Moçambique (1976/1979) e dos governos de Miguel Arraes, em Pernambuco (1987), e de Cristovam Buarque, no DF (1995/1998). Publicou vários artigos e capítulos de livro sobre política pública e meio ambiente, movimentos sociais urbanos, conflitos socioambientais e sustentabilidade territorial e setorial, entre outros, no Brasil e no exterior. Atualmente pesquisa sobre manifestações sociais e ambientais no Brasil e na Amazônia, e sustentabilidade em territórios (destinos turísticos, Campus universitário), além de dirigir o Laboratório de Estudos sobre Turismo Sustentável (LETS), com Helena Costa. Trabalhou em diversos governos e organizações públicas e privadas na definição de estratégias de desenvolvimento. Pertence ao Institut International de Recherche Politique de Civilisation dirigido por Edgar Morin. Participa de diversas associações acadêmicas (ANPPAS, ALAS, ECOECO, entre outras) e compõe o conselho de várias revistas nacionais. Recentemente publicou com Philippe Léna, pela Garamond, o livro: Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. ■

BD - Qual a evolução do debate ambiental nas conferências internacionais, a partir da Rio/92, incluindo a Rio+10 e a Rio+20?

Elimar Nascimento - Dentre as conferências internacionais sobre o meio ambiente, as duas mais significativas foram, sem dúvida, a de 1972, realizada em Estocolmo e a de 1992, no Rio de Janeiro, além da Rio+20. As duas primeiras foram um marco não apenas pela magnitude da participação e da repercussão na mídia, mas também por seus resultados. Se a de 1972 chamou atenção do mundo sobre o problema ambiental, e criou o PNUMA (entidade das Nações Unidas especializada na questão ambiental), a segunda (1992) consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, e iniciou as reuniões e acordos internacionais em torno da preservação da biodiversidade e do enfrentamento do problema climático.

A primeira conferência coincidiu com o lançamento do livro do Clube de Roma – *Os limites do crescimento*, que chamava atenção para o fato de que a natureza não era apenas fonte de recursos e local de depósitos de detritos, era também um limite ao crescimento econômico a qualquer custo que a humanidade percorre desde a revolução industrial do século XIX. No entanto, foi interpretado, erroneamente, como um apelo ao crescimento zero. A tal ponto que a conferência de Estocolmo dividiu-se em três grupos. Os mais radicais na defesa da natureza eram chamados de “zerristas” (defensores do crescimento zero), atores alocados, sobretudo, no âmbito da sociedade civil que pela primeira vez participava de forma ativa de uma conferência internacional entre governos no quadro das Nações Unidas; os diametralmente opostos eram os desenvolvimentistas, governos e empresários que pouco se interessavam pela degradação ambiental, entre os quais o Brasil, capitaneado pelo então ministro da economia, Delfim Neto. E finalmente, um grupo intermediário, com presença de governos, sobretudo da Europa do Norte, de acadêmicos, como Ignacy Sachs, e gestores internacionais de prestígio como Maurice Strong. Aliás, estes dois são os res-

ponsáveis pelo conceito que resultou da conferência: ecodesenvolvimento.

BD - O Brasil mudou muito sua posição naquele intervalo de 20 anos?

Elimar Nascimento - Sim, Já na conferência de 1992 o Brasil teve uma posição muito distinta, pois não apenas hospedou a conferência como impulsionou as diversas medidas que foram tomadas no campo climático e, sobretudo, da biodiversidade. A agenda 21 apresentou também um resultado defendido pelo Brasil, mas não vingou, salvo em alguns países, entre os quais o nosso, mas que hoje praticamente morreu.

Somos, ambiental e globalmente falando, mais pobres (quanto a qualidade ambiental), e estamos mais ameaçados. Avançamos no campo conceitual, no entendimento dos impactos de nossas ações sobre a natureza, mas pouco do ponto de vista efetivo, das medidas concretas.

A diferença da posição do Brasil, nas duas conferências, é radical, e deve-se não apenas ao fato de que na primeira tínhamos um regime militar e, na segunda, um regime civil, mas também graças ao crescimento da consciência ambiental no mundo e aqui. O surgimento de centenas, senão milhares, de movimentos sociais defensores do meio ambiente ou do conceito que nasce em 1987, de desenvolvimento sustentável, contribui enormemente para que o nosso, mas também outros países tomassem uma posição mais responsável. O destaque na conferência de 1992 residiu

nos países europeus, particularmente nos do Norte. Os vilões, como desde sempre, foram algumas grandes potências como os Estados Unidos e o Canadá, e também a potência que começava a surgir, a China. Estes, entre outros, sempre se colocaram contra as medidas mais responsáveis de reter a degradação ambiental e, assim, comprometer o nosso futuro.

As reuniões subsequentes foram menos impactantes, na realidade, diria, que foram decepcionantes. Nada de mais substantivo. Particularmente na Rio+20 fizemos um esforço hercúleo para não ocorrer retrocessos. Questões-chaves e tradicionais, como a climática e a proteção dos mares, não conheceram avanço. Questões novas como a do ciclo de nitrogênio não foram nem tocadas.

BD - Qual o real papel da Rio+20?

Elimar Nascimento - As mudanças no ritmo de enfrentamento das questões ambientais deveriam-se no caso da Rio+20 em grande parte a crise econômica que surgiu em 2008. Todos os países desenvolvidos voltaram-se para o problema imediato da recuperação econômica, da retomada da demanda, da criação de emprego. O descaso foi tal que os representantes máximos de países centrais como os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha não se dignaram a estar presentes, o que não ocorreu em 1992. A China manteve-se em sua posição de não diálogo, embora internamente tenha tido muitos avanços no enfrentamento de problemas como a da poluição urbana, gestão de recursos hídricos e recuperação do solo.

BD - É possível fazer um balanço dessa situação?

Elimar Nascimento - O balanço final é que o mundo, do ponto de vista ambiental, piorou. A massa de gases de efeito estufa aumentou, assim como a degradação das florestas e também dos mares. Somos, ambiental e globalmente falando, mais pobres (quanto a qualidade ambiental), e estamos mais ameaçados. Avançamos no campo conceitual, no entendimento dos impactos de nossas ações sobre a natureza, mas pouco do ponto de vis-

ta efetivo, das medidas concretas. Na mudança dos padrões de produção e consumo, nossa sociedade marcada pela dupla individualismo-consumismo se opõe a posturas mais nobres e responsáveis com a natureza.

Mas, em grande parte, este balanço não muito positivo – afinal, há medidas tomadas que estão contribuindo para a redução do uso de recursos naturais por produto ou ampliação do uso de fontes de energia limpa, embora insuficientes para mudar o quadro – deve-se ao fato de que a sociedade civil não assumiu a questão ambiental como uma questão essencial. Há uma dupla superficialidade na consciência ambiental no mundo: muitos cidadãos falam no sentido de que temos que aumentar os procedimentos responsáveis de produção e consumo, poucos efetivamente fazem algo ou cobram das autoridades públicas. A tal ponto que a questão ambiental, com raríssimas exceções, não é tema de campanha eleitoral. Na eleição do presidente francês, por ocasião da Rio+20, era tema tabu. Nenhum candidato falava, e a sociedade francesa também não cobrava posições claras neste campo. Quase não se falou no assunto nas eleições nos Estados Unidos.

Pode-se argumentar que no Brasil está ocorrendo uma exceção, na medida em que a candidata do meio ambiente, Marina Silva, tem cerca de 20% de intenção de votos atualmente, com um desempenho surpreendente nas últimas eleições presidenciais. Verdade! Mas, não nos iludamos, os votos que Marina teve não são apenas votos de quem se coloca em defesa da natureza. Ela ocupou um vácuo criado pela debilidade da oposição tradicional ao PT, o PSDB, e o fato de que a candidata de Lula era despida de maiores experiências políticas e visibilidade. Nas eleições presidenciais deste ano não acredito que a proposta de desenvolvimento sustentável ganhe maior relevo. O que é uma pena. E isso não é culpa apenas dos candidatos, mas decorrente de que a sociedade não é muito sensível a esta questão. E os candidatos falam, sobretudo, o que o eleitorado quer escutar.

BD - Qual deveria ser o mote da próxima campanha eleitoral?

Elimar Nascimento - O mote é ciência, tecnologia e inovação. Nele reside o futuro. Nele reside um mundo distinto do que vivemos hoje. Nele reside a melhoria do entendimento dos problemas que vivemos hoje, e suas soluções. Como a de uma nova matriz energética, novas formas de produção e enfrentamento das mudanças climáticas.

A candidata do meio ambiente, Marina Silva, tem cerca de 20% de intenção de votos. Verdade! Mas, não nos iludamos, os votos que Marina teve não são apenas votos de quem se coloca em defesa da natureza. Ela ocupou um vácuo criado pela debilidade da oposição tradicional ao PT, o PSDB...

BD - Como o senhor vê o futuro do planeta com as mudanças climáticas em curso?

Elimar Nascimento - As mudanças climáticas são uma ameaça cada vez mais real, mais nítida. Sobretudo o aumento de eventos críticos, tempestades, cheias, furacões, ou como calor no sul e frio no Norte, 30 graus abaixo de zero em New York e 45 graus no Rio. Contudo, é um erro julgarmos que o mundo está ameaçado apenas pelas mudanças climáticas. Em primeiro lugar porque as mudanças climáticas resultam de projeções futuras, sobre as quais temos pouco domínio. O futuro, não podemos esquecer, é sempre a morada privilegiada da incerteza. Nossos conhecimentos e modelos neste campo ainda são precários. Sabemos que o aquecimento está ocorrendo e neste processo, em parte, somos responsáveis, mas

não sabemos com segurança o seu desdobramento futuro. Ele poderá ser melhor ou pior do que o normalmente falado pelo Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC. Defendi há algum tempo a posição do agnosticismo responsável em artigo publicado no Correio Braziliense. Ou seja, mesmo que não tenhamos certeza de como será a trajetória do aquecimento, e também dos eventos críticos, e seus impactos sobre a nossa forma de vida, temos que proceder como se o pior pudesse ocorrer.

Mas é um erro também pelo fato de que temos outros processos que degradam a natureza, que destroem vida, que todavia ameaçam espécies conhecidas e não conhecidas. E, mais ainda, temos um quadro ameaçador com o modelo de crescimento econômico que conhecemos atualmente, e para cujas demandas não teremos recursos naturais suficientes, mesmo que não tenhamos mudanças climáticas drásticas ou paremos de destruir a vida. Prevê-se que nos próximos vinte anos teremos uma multidão de pessoas chegando ao mercado de consumo, cerca de 120 a 150 milhões por ano. Serão mais três bilhões de pessoas. E, mesmo assim, restarão fora do acesso a bens da modernidade – comida e água de qualidade, serviços de saúde e educação, habitação, transporte etc. – mais de dois bilhões de pessoas. Ora, tentar impedir que estas pessoas melhorem sua vida com acesso a bens essenciais como comida, água, energia, educação etc. é impossível politicamente e moralmente insustentável. Mas os recursos são finitos. Teríamos que abandonar a ética da igualdade e a forma de governo democrática.

BD - Como resolver esta equação?

Elimar Nascimento - Só há uma solução: reduzir o consumo dos ricos e muito ricos, ao mesmo tempo, que ampliamos o dos pobres e muito pobres. Mas, talvez nem seja suficiente. Talvez tenhamos que mudar nossas concepções sobre felicidade, dissociando-a do consumismo atual, tenhamos que mudar nosso estilo de vida, ou o padrão de consumo imperante nas classes médias altas e altas. Talvez tenhamos que abandonar a obsoles-

Isso significa que estamos adentrando um mundo de muitos conflitos e, provavelmente, de muitas mudanças. A grande agenda é a inserção social dos pobres, e não apenas entre nós, mas sobretudo na Ásia, para onde se desloca, aos poucos, o centro da economia mundial.

cência programada, e criar produtos com durabilidade. Muitas mudanças, que implicará em muitas resistências. Estas são propostas que se colocam aqui e acolá como a proposta de prosperidade sem crescimento do britânico, Tim Jacson ou a proposta do *buen vivir* dos líderes equatorianos. Ou mesmo a proposta da revolução dos R, de Serge Latouche: reduzir, reutilizar, reciclar, realocar... Mas os ricos não vão aceitar estas mudanças e os pobres não têm força suficiente para fazer valer os seus interesses. Como sempre. Mas há um senão, os pobres não são apenas grupos sociais, são também nações.

Isso significa que estamos adentrando um mundo de muitos conflitos e, provavelmente, de muitas mudanças. A grande agenda é a inserção social dos pobres, e não apenas entre nós, mas sobretudo na Ásia, para onde se desloca, aos poucos, o centro da economia mundial.

BD - O Brasil tem importantes biomas. O arcabouço legal ambiental brasileiro tem conseguido garantir a preservação desses biomas?

Elimar Nascimento - Mais ou menos. Mais na Amazônia e menos no Cerrado. O ritmo de desmatamento da Amazônia foi reduzido, o do Cerrado acelerado. Tomamos medidas em um espaço e descuidamos de

outro. Júlio Miragaya, atual presidente da Codeplan, demonstrou, em sua tese doutoral, a qual orientei, como a combinação de políticas de fiscalização intensa e a ampliação das áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), apesar de preços relativamente elevados da carne no mercado internacional, reduziu o ritmo de desmatamento na Amazônia, sem perda de produção. Melhor ainda, com ganho de produtividade. Porém, o mesmo cuidado não temos no Cerrado, onde a degradação se amplia com a expansão da cultura de soja, de cana de açúcar, entre outros. Enfim, com a expansão do agronegócio. Tudo na vida tem múltiplas dimensões ou lados, se ganhamos divisas, perdemos natureza. O problema é encontrar o equilíbrio.

A BD - estrutura fundiária brasileira concorre negativamente em relação à conservação dos biomas?

Elimar Nascimento - Concorre na medida em que temos uma concentração de terras muito forte, com empresários pouco sensíveis à conservação ambiental, voltados em grande parte para a monocultura e a pecuária extensiva. A estrutura fundiária é mais nefasta, no entanto, do ponto de vista social, pois reduz a criação de emprego, e concentra a renda. Ora, no campo se encontram as melhores e mais baratas condições para criação de emprego, pois custa muito menos do que na indústria, como tem insistido diversos especialistas, entre eles o nosso querido Ignacy Sachs. Ademais, com a agricultura integrada é possível baratear a produção de alimentos e melhorar a renda do agricultor, ao mesmo tempo que é possível recuperar e conservar melhor o meio ambiente. Com ela aprende-se a eliminar a noção de perda, grande responsável pela crise ambiental, pois o resíduo da agricultura é o alimento de animais, cujos excrementos podem ser aproveitados como alimentos de peixes, e assim por diante. Temos que aprender com a natureza em não produzir dejetos, em integrar os diversos ciclos de produção e consumo.

BD - De que forma a reforma agrária poderia contribuir positivamente para a conservação ambiental?

Elimar Nascimento - Em primeiro lugar se tivéssemos de fato uma reforma agrária e não este arranjo, do qual nos acostumamos, alocando trabalhadores “sem terra” em condições extremamente precárias, sem infraestrutura e sem assistência técnica, enfim, sem qualquer logística. E a distribuição de terra ultimamente tem se concentrado na Amazônia. Ou seja, mais um agravante, distante do mercado consumidor, e em áreas que deveríamos dar outra destinação econômica. A reforma agrária poderia ser um exemplo para o mundo de como gerar renda, produzir alimentos mais baratos e romper a exclusão social. Mas, não. Os assentados se vão, pois as condições são de miséria. Degradam o meio ambiente e não têm produtividade.

BD - Como o senhor vê os avanços na área social no país nos últimos anos?

Elimar Nascimento - O Brasil, mas também muitos outros países no mundo, conseguiram, nos últimos vinte anos, reduzir a pobreza de forma significativa. Mas isso também ocorreu na época do “milagre econômico”. Em 1970 tínhamos 40% da população pobre e em 1980 estes eram 24%. Mas na época do presidente Sarney, na década de 1980, o percentual de pobres voltou a subir. O inusitado hoje no Brasil é que a pobreza se reduz ao mesmo tempo em que a desigualdade também se

A reforma agrária poderia ser um exemplo para o mundo de como gerar renda, produzir alimentos mais baratos e romper a exclusão social. Mas, não. Os assentados se vão, pois as condições são de miséria. Degradam o meio ambiente e não têm produtividade.

reduz, pois na época dos militares a redução da pobreza foi acompanhada de um aumento da desigualdade. Pobreza (absoluta) e desigualdade são dois conceitos que muitas vezes são confundidos. Os fatores responsáveis pela redução, porém, estão se esgotando: a dinâmica econômica (nos últimos dois anos tivemos um PIB menor do que a média da época do presidente Fernando Henrique Cardoso), a ampliação do crédito e dos programas assistenciais, e mesmo o aumento real do salário mínimo. Sem dúvida melhoramos na área social, mas os sustentáculos desta mudança são frágeis e arriscamos começar a caminhar para trás, sobretudo que o nosso desempenho econômico continua pífio, a inflação está ameaçando retornar, as mágicas orçamentárias voltaram, nos fazendo perder credibilidade, colocamos nossos ativos em depreciação (vide a Petrobras), não conseguimos atrair capitais para aumentar o investimento (vide o leilão do Pré-sal), enfim, estamos caminhando no sentido errado. Ou mudamos de rumo ou colocamos tudo a perder. Eis o nosso dilema atual.

BD - E no Distrito Federal, de que forma o ZEE/DF pode minimizar os efeitos da especulação imobiliária na Capital?

Elimar Nascimento - O Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) serve para definir a forma de ocupação de um determinado território, sinalizando as áreas de forte adensamento e aquelas que devem ser protegidas da sana humana de destruição. O problema todo é que este instrumento definidor do uso das diversas partes do território não é observado. Em geral o ZEE se parece ao Plano Plurianual - PPA, uma peça bonita, mas de pouca serventia, simplesmente porque as pessoas decidem fazer o que lhes praz, e lhes interessa em termos imediatos, sem atentar para o que foi planejado. Sobretudo porque não existe sistema de cobrança e de punição. O sistema é naturalmente irracional, ou melhor, desorganizadamente favorável a alguns interesses, nem sempre explícitos. Nossa cidade vive de e sobre a ilegalidade.

A desigualdade é como um mal genético. A impunidade, um costume assentado. E a arrogância é como uma pele nas autoridades políticas. Restam as reações da sociedade civil. Mas ela mesma está perdida, atemorizada pela violência dos blacks blocs.

BD - O ZEE poderia auxiliar o PDOT?

Elimar Nascimento - O Zoneamento Econômico-Ecológico é um instrumento essencial para se construir um bom plano diretor, como falei, pois ele indica a partir de condições ambientais (vegetação, solo, recursos hídricos, topografia etc.) e humanas (distribuição da população no território, com finalidades distintas) as definições quanto às melhores áreas para preservar e melhores para as atividades econômicas e de adensamento humano; para onde a cidade caminha, quais as restrições que devem ser observadas para assegurar uma boa qualidade de vida para os seus habitantes de hoje e de amanhã. Ademais, as cidades e municípios, Distrito Federal incluído, deveriam ter um plano estratégico, definições claras de qual sociedade queremos viver amanhã, e como chegar lá. Outro componente que não pode ser esquecido é a participação social. Plano Diretor, ou qualquer outro plano, sem participação social acaba sendo plano do capital imobiliário.

BD - O Senhor gostaria de acrescentar mais alguma questão?

Elimar Nascimento - É muito difícil em um país como o Brasil adotar uma forma de planejamento a médio e longo prazo. E, no entanto, é o que mais faz falta no momento, pois

estamos, mais uma vez, perdendo o bonde da história, quando tudo parecia estar dando certo. Estamos perdendo credibilidade internacional. O dinamismo econômico da era Lula está se indo. O desgaste das instituições é visível. E a razão é só uma: não aceitamos criar um país republicano, em que as pessoas são tratadas como iguais. A desigualdade é como um mal genético. A impunidade, um costume assentado. E a arrogância é como uma pele nas autoridades políticas. Restam as reações da sociedade civil. Mas ela mesma está perdida, atemorizada pela violência dos blacks blocs. Enquanto isso, os governos na órbita mundial preocupam-se apenas com seus interesses intestinos. Morin, um certo momento, se perguntou se não estamos caminhando para o abismo. Mas ele mesmo respondeu, no livro seguinte, apontando uma via (*La voie*). Devem existir várias, mas elas passam todas pelo caminho da ousadia, da experimentação do novo. Coisa que existe cada vez menos no mundo tradicional da política. O paradoxo é que não podemos construir uma via que não passe pela política, pelo jogo democrático do enfrentamento dos interesses contraditórios. Temos que saber definir quais os nossos objetivos para os próximos vinte ou trinta anos, e quais as melhores estratégias para alcançá-los. Há sinais promissores no horizonte. O Ipea fala em desenvolver trabalhos de prospectiva, sobre o comando de Marcelo Neri. O Senado acaba de criar uma Comissão de Estudos do Futuro, cujo relator é o nosso senador, Cristovam Buarque. A UnB, sob inspiração de Isaac Roitman, com apoio de seu decano de pós-graduação, Jaime Santana, retomaram o projeto de pensar o futuro, agora em parceria com a CBN. A Fiocruz, em parceria com a UnB, está oferecendo neste ano um curso de inteligência do futuro, a distância, para quase 200 profissionais, a maioria do aparelho de estado. E o próprio GDF tem iniciativa, com uma consultoria de Singapura, em definir metas para as próximas décadas. Não sabemos se estas iniciativas vão vingar. Mas são sinais de que os tempos estão mudando, e começamos a nos preocupar com o futuro, talvez aprendamos a planejá-lo, e sobretudo, agir para realizá-lo. ■

IPCA acumulado no DF em 2013 foi de 5,97%, um pouco acima do acumulado em 2012

A inflação no Distrito Federal em 2013, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 5,97%, pouco mais de meio ponto percentual acima da verificada em 2012 (5,43%) e um pouco acima da média nacional (5,91%). A inflação do DF se posicionou em quinto lugar entre as onze regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, tendo sido superada pelas regiões do Recife (6,86%), Fortaleza (6,38%), Rio de Janeiro (6,16%) e São Paulo (6,09%).

É importante ressaltar que o DF tem a maior renda média entre as Unidades da Federação e que, portanto, assume um perfil de gastos de classes elevadas, afetando muito pouco a quantidade dos bens e serviços quando há elevação desses preços. Os itens que são mais sensíveis a variação de preços no DF, são os grupos Alimentação e Bebidas (20,2% e 22,1% no Brasil), Transportes (23,5% e 22,0% no Brasil), e Habitação (14,0% e 14,2% no Brasil), os quais representam quase 60% do orçamento do consumidor.

Levando-se em consideração a variação em 12 meses dos grupos que compõem o IPCA, com vistas a atenuar a sazonalidade, os grupos que mais se destacaram e puxaram os preços, o longo de 2013, foram Despesas Pessoais, Alimentação e Bebidas e Educação, conforme revela a tabela abaixo.

Grupo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Geral	5,11	5,85	5,85	5,83	6,29	6,47	5,81	5,92	6,20	5,90	6,11	5,97
2. Alimentação e bebidas	7,97	9,89	10,60	12,09	12,89	12,52	10,16	9,26	8,01	7,16	7,41	8,43
3. Habitação	5,52	3,61	3,69	3,31	3,76	3,91	4,08	3,77	4,99	4,68	5,59	4,88
4. Artigos de residência	4,47	3,91	5,73	7,13	6,99	6,05	5,54	8,67	9,39	8,17	7,42	5,09
5. Vestuário	6,20	9,09	8,41	6,50	6,61	4,47	3,16	3,07	4,20	4,27	4,01	2,19
6. Transportes	0,04	2,12	0,65	0,13	0,69	2,63	1,87	2,72	4,07	3,87	4,09	4,45
7. Saúde e cuidados pessoais	5,15	5,66	6,16	6,51	6,79	6,61	6,93	6,94	7,31	7,05	7,08	6,60
8. Despesas pessoais	9,61	8,54	8,78	7,80	8,53	8,41	9,03	9,05	8,66	9,40	9,57	8,98
9. Educação	6,95	8,03	7,88	8,05	8,21	8,23	8,06	8,31	7,93	7,98	7,89	7,21
10. Comunicação	2,24	2,52	3,04	2,09	1,63	2,01	1,60	1,49	1,46	0,99	1,08	2,29

Fonte: IBGE, Codeplan - Elaboração DIEPS (<http://www.codeplan.df.gov.br/idecon.html>)

Convém chamar a atenção para o fato que todos os grupos se comportaram de forma cíclica. No caso da Alimentação e Bebidas, o acumulado de 12 meses subiu desde o início do ano até atingir o pico em maio (12,89%), mas foi desacelerando até atingir 8,43%, em dezembro de 2013. O único caso errático ao longo do ano é o grupo das Despesas Pessoais, especialmente pela influência de itens do grupo Lazer e Recreação, como profissionais autônomos (cabeleireiro, manicure, pedicure e empregados domésticos).

Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) Brasil elevou-se em 5,91% em 2013, em comparação com 5,84% de 2012. Não obstante essa elevação ter ficado abaixo do teto do intervalo definido pelo Governo (6,5%), e que é considerado como relevante para a política macroeconômica, ficou acima do centro da meta de inflação (4,5%).



No mês de dezembro, o IPCA somou 0,92%, o mais elevado resultado mensal desde abril de 2003. No 4º trimestre do ano, o índice totalizou 2,04%, revertendo a tendência de queda nos acumulados trimestrais desde o início do ano: 1,94%, 1,18% e 0,62%.

Os grupos que apresentaram as maiores variações no mês de dezembro foram Transportes (1,85%); Despesas Pessoais (1,00%); Alimentação e Bebidas e Artigos de Residência (ambos com 0,89%). Ao examinarmos os itens que apresentaram variações mais acentuadas, destacaram-se o aumento da gasolina (4,0%) e das passagens aéreas (20,13%). As elevações das excursões (8,89%), cabeleireiros (1,99%), manicures (1,55%); rendimento dos empregados domésticos (0,86%); eletrodomésticos (1,78%) e serviços de consertos e manutenção de casa (1,06%) também foram expressivas.

As pressões do grupo Alimentos e Bebidas - que representam mais de 22% do orçamento dos consumidores que são pesquisados pelas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE - sobre o IPCA têm sido uma constante ao longo dos últimos anos, a exceção de 2009, conforme mostra a tabela abaixo.

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
10,79%	11,11%	3,18%	10,39%	7,18%	9,86%	8,48%

Tal situação decorre de razões variadas, seja em função de frustrações de safras, pressões dos preços internacionais ou por aumento da demanda, principalmente das classes mais baixas, que ingressaram no mercado de consumo como resultado de políticas públicas, como o programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo e o maior acesso ao crédito.

Por fim, é importante destacar que outros índices tais como IPC-S, IGP-M e IGP-DI, da FGV, que são vistos como indexadores de contratos de aluguéis, serviços e financeiros, convergiram para números entre 5,5% e 5,7%, em 2013, mesmo com as pressões da variação cambial no segundo semestre, o que não ficou muito distante da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (5,91%), em igual período. ■

Newton Marques

Núcleo de Análise de Índices de Preços da Codeplan

Planejamento regional dos resíduos sólidos na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno

(*) Marcos Helano Fernandes Montenegro

(**) Thiago Faquinelis Timóteo

1. Gestão regionalizada de resíduos sólidos na RIDE-DF

Em julho de 2013, foi fundado o Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (CORSAP), que congrega o DF e 20 municípios goianos pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE/DF), conforme figura 1.

A gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos na área de atuação do CORSAP observará, necessariamente, o planejamento regional integrado, com vistas a promover gestão técnica, obter economias de escala, reduzir custos, elevar a qualidade e minimizar os impactos ambientais, inclusive pela ampliação da recuperação de recicláveis. O planejamento regional integrado será elaborado e homologado pelo Consórcio e vincula os entes consorciados quanto à localização de instalações, opções tecnológicas, entes reguladores e modalidades de prestação.

O Distrito Federal é dividido em 30 regiões administrativas (RAs) com uma população de 2.556.149 habitantes em 2011 (CODEPLAN, 2012). A população dos 20 municípios é de 1.052.407 habitantes (IBGE, 2010). A população total é, portanto, de 3,6 milhões de habitantes. A região tem bom sistema viário, com todas as regiões administrativas e sedes municipais acessíveis por estradas pavimentadas (DER, 2012). Os municípios dispõem seus resíduos em lixões ou aterros controlados. O Governo do Distrito Federal está implantando um aterro sanitário em Samambaia, às margens da DF-180, que deverá, quando iniciada sua operação, permitir o encerramento do lixão localizado na Cidade Estrutural (SCIA). No licenciamento ambiental do aterro de Samambaia existe a previsão de implantação de um aterro sanitário ao norte do DF, possivelmente em Planaltina (DF), mas que, considerada a gestão regionalizada poderia ser localizado em Planaltina (GO) ou em Formosa (GO).

Nas discussões prévias à constituição do consórcio, verificou-se a conveniência de prever a implantação de um terceiro aterro sanitário ao sul do DF, possivelmente em Luziânia (GO). Nessas condições, a região disporia de três aterros sanitários regionais, sendo um a Oeste, em Samambaia (DF), outro ao Norte, e o terceiro ao Sul, posicionados estrategicamente para atender os eixos de



Foto: Coleção particular

adensamento populacional.

A localização e o dimensionamento das unidades de transbordo necessárias à operação eficaz do sistema regional de destinação final dos rejeitos dos resíduos sólidos domiciliares e equiparados ainda não foi estudada.

Está na pauta imediata do CORSAP a elaboração e aprovação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que envolverá a tomada de decisão pelos gestores públicos do DF e municípios consorciados quanto à localização e quantidade de aterros sanitários regionais e de unidades de transbordo. Diante disso, é conveniente dispor de ferramenta que permita a quantificação, com flexibilidade e agilidade, tendo em vista:

- a) a influência de cada alternativa de localização de aterro regional no custo global do sistema regional de transbordo, transporte e aterramento de rejeitos;
- b) a influência no custo total de operar com um dois ou três aterros regionais;
- c) a composição do custo total do sistema e de sua composição (transbordo, transporte e aterramento);
- d) a influência de custos diferentes nos três aterros sanitários regionais;
- e) a influência de limites mínimos e máximos de carga média diária em cada aterro regional;
- f) a influência nos custos do valor assumido como distância limite para a descarga direta dos caminhões de coleta nos aterros sanitários e nas unidades de transbordo regionais;
- g) melhor alocação dos rejeitos gerados em cada localidade nos aterros sanitários regionais;

- h) as referências para o rateio do custo total por municipalidade e DF, com base na quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final;
- i) a localização e a capacidade das unidades de transbordo necessárias à operação otimizada do sistema regional.

2. Modelo de otimização da alocação de cargas nos aterros sanitários regionais

Para o estudo de otimização de distribuição de cargas nos três aterros regionais, foi desenvolvido um modelo de programação linear, utilizando o algoritmo LP Simplex disponível no suplemento Solver do Microsoft Excel 2010.

O modelo tem como entradas as cargas diárias de rejeitos provenientes dos Resíduos Sólidos Domiciliares e Equiparados (RSD) gerados em cada uma das 51 localidades¹ da região em análise, as distâncias de transporte rodoviário (em km) entre elas e os locais dos aterros sanitários considerados, a capacidade máxima e mínima diária dos aterros sanitários (em t/dia), os custos de transporte (R\$/tkm), de transbordo (R\$/t) e de aterramento (R\$/t) e a distância limite (máxima) entre uma localidade e um aterro no qual os caminhões de coleta possam descarregar.

O objetivo do modelo é otimizar o custo total, minimizando a soma dos custos de transporte, transbordo e disposição em aterro sanitário, indicando o destino final mais econômico para as cargas geradas em cada localidade. A princípio, o modelo assume que haverá uma estação de transbordo em cada localidade, a não ser nos casos em que esta esteja a uma distância menor ou igual à distância considerada como limite para a descarga direta em um aterro sanitário por meio do caminhão coletor. Os custos de transporte nos casos de descarga direta, em que o transporte dos resíduos até os aterros sanitários é feito pelos próprios caminhões coletores, não são considerados pelo modelo, mas pelos custos de coleta.

A seguinte função foi desenvolvida, de modo a minimizar o custo total diário, alocando as cargas originadas em cada uma das localidades consideradas nos três aterros regionais, utilizando estação de transbordo local ou por meio de descarga direta:

$$\text{Min } C_{\text{tot}} = C_{\text{tb}} + C_{\text{tp}} + C_{\text{at}}$$

onde C_{tot} = custo total, C_{tb} = custo de transbordo, C_{tp} = custo de transporte e C_{at} = custo de aterramento.

O custo de transbordo é calculado pelo produto das cargas diárias de rejeitos transbordados (em t/dia) por um custo unitário médio (C_{tbm}), expresso em R\$/t. Já o custo de transporte é calculado pelo produto das cargas diárias de rejeitos transportados (em t/dia) pelas respectivas distâncias rodoviárias (em km) e pelo custo unitário médio (C_{tpm}), expresso em (R\$/t.km). O custo de

aterramento é calculado pelo produto dos valores das cargas diárias de rejeitos aterrados em cada um dos três aterros (em t/dia) pelo custo unitário respectivo ($C_{\text{at},j}$, com $j=1$ a 3), expresso em R\$/t.

Nos casos de descarga direta, os custos de transbordo e de transporte são assumidos como nulos. No estabelecimento da hipótese de valor do custo unitário de transporte foi considerado que as distâncias utilizadas no modelo não consideram os percursos de retorno.

Os resultados fornecidos pela modelagem referem-se às cargas diárias em cada aterro (em t), lançadas diretamente ou por meio de transbordo, a destinação específica dos rejeitos gerados em cada localidade, o custo total de aterramento em cada aterro (R\$), os custos de transbordo e de transporte (R\$), o custo total (R\$) e o custo unitário médio (R\$/t).

As variáveis de controle são as 153 cargas diárias c_{ij} (com $i=1$ a 51 e $j=1$ a 3) provenientes de cada uma das 51 localidades e possivelmente encaminhadas para cada um dos três aterros.

Foram estabelecidas 51 restrições, em que a soma das cargas oriundas da localidade e encaminhadas para os três aterros devem igualar à quantidade diária total originada na mesma localidade:

$$c_i = c_{i1} + c_{i2} + c_{i3}$$

Para cada aterro foi estabelecida uma restrição de carga máxima diária:

$$\sum c_{i1} \leq C_{\text{max}1}, \sum c_{i2} \leq C_{\text{max}2} \text{ e } \sum c_{i3} \leq C_{\text{max}3}, \text{ para } i=1 \text{ a } 51,$$

e uma de carga mínima diária:

$$\sum c_{i1} \geq C_{\text{min}1}, \sum c_{i2} \geq C_{\text{min}2} \text{ e } \sum c_{i3} \geq C_{\text{min}3}, \text{ para } i=1 \text{ a } 51,$$

o que totalizou 57 restrições.

A fixação de carga máxima diária pode ser decorrente de limitação de projeto ou de licenciamento, ou ainda de uma consideração sobre a extensão da vida útil do aterro. Já a fixação de carga mínima diária pode resultar da consideração de economias de escala na operação.

As cargas diárias de rejeitos originadas em cada localidade são calculadas com base na população total (IBGE, 2010 e CODEPLAN, 2012), o valor per capita estimado com base em médias típicas (BRASIL, 2012), descontada uma taxa de recuperação de resíduos recicláveis e compostáveis, estes dois últimos valores sendo tratados como variáveis de entrada do modelo. Nas simulações constantes deste trabalho, a taxa de recuperação foi assumida como nula para todas as localidades, o que resulta nas demandas máximas para transbordo, transporte e aterramento. Obteve-se, assim, uma carga média total de rejeitos de 3.455 t/dia, sendo 899 t/dia provenientes dos 20 municípios goianos e os restantes

¹ 20 sedes municipais e 30 regiões administrativas do DF, sendo a RA de Brasília dividida em Asa Norte e Asa Sul.

2.556 t/dia, do DF. As cargas originadas em cada localidade estão na tabela A1 do Apêndice(♦).

Foram consideradas as distâncias rodoviárias pavimentadas de menor extensão, desde que adequadas para o tráfego de caminhões pesados. Os custos de transporte, de transbordo e de aterramento são também variáveis de entrada, de modo a conferir flexibilidade ao modelo. A tabela A1 do Apêndice(♦) apresenta também as distâncias rodoviárias relevantes por localidade. Na tabela 1 são apresentadas as distâncias médias dos aterros às localidades ponderadas pelas respectivas cargas, evidenciando a posição vantajosa do ASRO (Samambaia), decorrente de sua centralidade.

3. Resultados

3.1 Configuração sem unidades de transbordo regionais

O modelo desenvolvido foi aplicado, utilizando valores hipotéticos dos custos unitários, prevendo o atendimento da demanda regional com até três aterros, adotando as cargas diárias previamente calculadas, em seis casos (cenários) utilizando como parâmetros os valores de entrada constantes da tabela 2 e o aterro sanitário regional Norte (ASRN) localizado em Planaltina (GO). O modelo também foi rodado com os mesmos valores para outros seis casos (Casos 1a a 6a), nos quais o ASRN está localizado em Formosa (GO). Foram obtidos os resultados constantes das tabelas 3 e 4, respectivamente para o aterro sanitário regional Norte localizado em Planaltina (GO) e em Formosa (GO), o que permite comparar os custos dessas duas alternativas.

Tabela 1 – Distâncias médias dos aterros às localidades ponderadas pelas cargas

	ASRN Planaltina GO	ASRN Formosa GO	ASRO Samambaia DF	ASRS Luziânia GO
$\sum (c_i \cdot d_i) / \sum c_i$	74	95	32	62

O modelo trata os custos unitários como parâmetros que podem ser ajustados. Os valores utilizados nesse trabalho, constantes da tabela 2, são estimativas com base em preços praticados atualmente quando os serviços são contratados com terceiros. No que diz respeito à distribuição das cargas nos aterros regionais, o custo unitário de aterramento só influirá quando forem adotados custos unitários diferenciados, situação que foi contemplada nos Casos 6 e 6a. Os valores dos custos unitários de transbordo e transporte são considerados uniformes na região, e assim também não influenciam na alocação das cargas nos aterros regionais. De todo modo, é a precificação desses custos que permite estimar os custos globais e examinar alternativas de sua repartição.

O modelo também forneceu as localidades que deverão se utilizar de descarga direta, o que, em qualquer caso, depende apenas do valor da distância limite (D_{lim}) e do número e localização dos aterros sanitários em operação, conforme ilustrado na tabela 5.

A distribuição nos três aterros sanitários regionais das cargas provenientes das diversas localidades está apresentada na tabela A2 do Apêndice(♦) para o Caso 3, escolhido pelos autores para exemplificar os resultados obtidos com a modelagem. A tabela 6 fornece os custos totais anuais por cada Município e DF para o Caso 3, obtido pelo produto do custo unitário médio (R\$/t) pela quantidade diária (t/dia) por 365 dias.

Tabela 2 – Valores de entrada

Entradas	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
D_{lim} (km)	25	20	25	25	25	25
P_{at1} (R\$/t)	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	40,00
P_{at2} (R\$/t)	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	60,00
P_{at3} (R\$/t)	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
P_{tb} (R\$/t ²)	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
P_{tp} (R\$/(t/km))	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
C_{max1} (t)	3.500	3.500	2.500	0	2.500	2.500
C_{max2} (t)	3.500	3.500	2.500	2.500	2.500	2.500
C_{max3} (t)	3.500	3.500	2.500	2.500	0	2.500
C_{min1} (t)	0	0	400	0	400	400
C_{min2} (t)	0	0	400	400	400	400
C_{min3} (t)	0	0	400	400	0	400

Tabela 3 - Resultados com aterro sanitário regional Norte localizado em Planaltina (GO)

Entradas	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
c_{at1} (t)	543	543	543	0	955	790
c_{at2} (t)	2.553	2.553	2.500	2.500	2.500	2.210
c_{at3} (t)	359	359	412	955	0	454
c_{at} (t)	2.232	1.939	2.202	1.975	1.911	2.232
C_b (t)	1.223	1.5163	1.252	1.479	1.544	1.223
C_{at} (R\$)	172.739	172.739	172.739	172.739	172.739	186.937
C_b (R\$)	9.781	12.126	9.781	11.598	12.353	9.781
C_{tp} (R\$)	32.492	36.419	32.620	53.007	47.547	35.302
C_{tot} (R\$)	215.011	221.284	215.140	237.344	232.639	232.020
C_u (R\$/t)	62,24	64,05	62,27	68,70	67,34	67,16

3.2 Configuração com unidades de transbordo regionais

Há evidente interesse em reduzir o número de unidades locais de transbordo, pela adoção de unidades regionais que, atendendo várias localidades, permitam reduzir o número total dessas unidades.

Fixados os parâmetros de custo de aterramento e de capacidade máxima e mínima de carga diária nos aterros, o número de unidades de transbordo local depende do valor da distância limite.

Foram examinados o Caso 3, já caracterizado na tabela 2, e uma variante, o denominado Caso 3b. No Caso 3b, o valor da distância limite foi assumido como $D_{lim} = 20$ km, ao invés de $D_{lim} = 25$ km.

Foram admitidas as seguintes hipóteses no equacionamento das unidades regionais de transbordo para o Caso 3:

a) dispensar a implantação de unidades locais de trans-

2 Foi assumido um custo mensal médio de R\$ 13.200,00 por unidade de transbordo. O custo unitário de R\$800/t corresponde a uma carga mensal média de aproximadamente 1.600 t.

Tabela 4 - Resultados com aterro sanitário regional Norte localizado em Formosa (GO)

Resultados	Caso 1a	Caso 2a	Caso 3a	Caso 4a	Caso 5a	Caso 6a
e_{at} (t)	331	331	500	0	955	699
c_{at} (t)	2.765	2.765	2.500	2.500	2.500	2.277
c_{at} (t)	359	359	454	955	0	478
c_{at} (t)	2.095	1.802	2.095	2.005	1.774	2.095
C_{at} (t)	1.360	1.653	1.360	1.450	1.681	1.360
C_{at} (R\$)	172.738,61	172.738,61	172.738,61	172.738,61	172.738,61	188.520,11
C_{at} (R\$)	10.877,64	13.222,49	10.877,64	11.598,26	13.449,59	10.877,64
C_{at} (R\$)	36.863,75	40.791,08	38.383,76	53.007,21	57.894,28	38.383,76
C_{at} (R\$)	220.480,01	226.752,18	222.000,02	237.344,08	244.082,48	241.996,50
C_{at} (R\$/t)	63,82	65,63	64,26	68,70	70,65	70,05

Tabela 5 – Localidades com descarga direta com os três aterros sanitários regionais em operação e o aterro sanitário regional Norte localizado em Planaltina (GO)

$D_{lim} = 20$ km		$D_{lim} = 25$ km	
Águas Claras	Planaltina (GO)	Águas Claras	Luziânia
Candangolândia	Recanto das Emas	Candangolândia	Núcleo Bandeirante
Ceilândia	Riacho Fundo	Ceilândia	Sto. Antônio Descoberto
Gama	Riacho Fundo II	Cidade Ocidental	Taguatinga
Guará	Samambaia	Cruzeiro	Valparaíso de Goiás
Luziânia	Santa Maria	Gama	Vicente Pires
Núcleo Bandeirante	Taguatinga	Guará	
Planaltina (DF)	Sto. Antônio Descoberto	Lago Sul	

Tabela 6 – Caso 3 - Custo total anual por Município e DF

UF	Custo anual (R\$/ano)	UF	Custo anual (R\$/ano)
Abadiânia	287.431	Mimoso de Goiás	48.978
Água Fria de Goiás	92.849	Novo Gama	1.733.268
Águas Lindas de Goiás	3.270.699	Padre Bernardo	504.760
Alexânia	434.402	Pirenópolis	419.663
Cabeceiras	134.148	Planaltina (GO)	1.489.397
Cidade Ocidental	1.019.972	Sto. Antônio do Descoberto	1.153.736
Cocalzinho de Goiás	317.529	Valparaíso de Goiás	2.729.010
Corumbá de Goiás	189.000	Vila Boa	86.373
Cristalina	849.687	Vila Propício	93.779
Formosa	2.053.909	Distrito Federal	58.284.882
Luziânia	3.581.664	Total	78.775.137

bordo em Água Fria de Goiás, prevendo a descarga diretamente no ASRN pelo caminhão coletor da carga que é de apenas 4 t/dia, mesmo sendo 58 km a distância entre as duas localidades;

b) também em razão da pequena quantidade, dispensar a implantação de unidades locais de transbordo nas localidades de Vila Propício (4 t/dia), Vila Boa (4 t/dia), Cabeceiras (6 t/dia) e Mimoso de Goiás (2 t/dia), devendo ser suas cargas transportadas por caminhões coletores respectivamente até as UTRs de Corumbá de Goiás (75 km), Formosa (82 km e 62 km) e Padre Bernardo (20 km);

c) mesmo sendo 30 km a distância entre Alexânia e Abadiânia, admitir apenas uma unidade de transbordo atendendo às duas localidades, posicionada na ligação rodoviária entre elas.

As localidades que, de acordo com a modelagem já apresentada para o Caso 3, necessitam de unidades

locais de transbordo, foram separadas em dois grupos, sendo um constituído pelas localidades relativamente isoladas que constam da tabela 7 e que precisam de unidades locais.

Tabela 7 - Caso 3 – Unidades de transbordo local (UTL)

UTL	Localidades		Carga na UTL (t/dia)
1	Águas Lindas de Goiás	GO	143
2	Cristalina	GO	37
3	Novo Gama	GO	76
4	Brazlândia	DF	49
Totais			305

Da tabela 8 constam as localidades que, necessitando de transbordo, podem ser atendidas por unidade regional (UTR) localizada em uma delas e à distância rodoviária menor que a $D_{lim} = 25$ km de qualquer uma das demais. A carga diária indicada para cada UTR foi obtida pela soma das cargas das localidades a que a mesma atende.

Procedeu-se de forma idêntica para o Caso 3b, no qual os parâmetros são idênticos aos adotados no Caso 3, exceto o valor d a distância limite que passa de 25 para 20 km. As localidades relativamente isoladas deste caso constam da tabela 9 e serão atendidas por unidades locais. Na tabela 10, comparecem aquelas localidades que necessitam de transbordo e que podem ser atendidas por unidade regional de transbordo (UTR) localizada em uma delas a uma distância rodoviária menor que $D_{lim} = 20$ km. Deu-se tratamento idêntico ao dado no Caso 3

Tabela 8 - Caso 3 - Unidades de transbordo regional (UTR)

UTR	Localidades		Distância da UTR (km)	Carga da localidade (t/dia)	Carga na UTR (t/dia)
1	Alexânia	GO	0	19	32
	Abadiânia	GO	30	13	
2	Corumbá de Goiás	GO	0	8	45
	Pirenópolis	GO	19	18	
	Cocalzinho de Goiás	GO	17	14	
	Vila Propício	GO	75	4	
3	Formosa	GO	0	90	100
	Vila Boa	GO	82	4	
	Cabeceiras	GO	62	6	
4	Padre Bernardo	GO	0	22	24
	Mimoso de Goiás	GO	20	2	
5	Jardim Botânico	DF	0	24	102
	São Sebastião	DF	6	78	
6	SCIA - Estrutural	DF	0	32	211
	Brasília - Asa Sul	DF	16	105	
	Park Way	DF	17	20	
	SIA	DF	9	2	
	Sudoeste/Octogonal	DF	9	52	
7	Sobradinho I	DF	0	59	400
	Sobradinho II	DF	9	94	
	Itapoã	DF	19	56	
	Lago Norte	DF	18	34	
	Brasília - Asa Norte	DF	19	105	
	Paranoá	DF	21	42	
Varjão	DF	19	9		
Totais					914

Tabela 9 - Caso 3b – Unidades de transbordo local (UTL)

UTL	Localidades		Carga na UTL (t/dia)
1	Águas Lindas de Goiás	GO	143
2	Cristalina	GO	37
3	Brazlândia	DF	49
Totais			229

para as cargas das pequenas localidades: Água Fria de Goiás, Vila Propício, Vila Boa, Cabeceiras e Mimoso de Goiás, bem como para as localidades de Alexânia e Abadiânia.

Como ilustrado na tabela 11, tanto no Caso 3 quanto no Caso 3b, verificou-se que 11 unidades de transbordo atendem a demanda regional, sendo 7 categorizadas como unidades regionais e 4 como unidades locais.

Por meio do modelo, foram calculados os custos unitários médios (R\$/t) para os Casos 3 e 3b, em duas configurações: a primeira apenas com UTLs e sem UTRs e a segunda com a combinação de UTLs e UTRs apresentada nas tabelas 9 a 12. Os valores encontrados constam da tabela 12, na qual se verifica a redução dos custos unitários em ambos os casos quando se utilizam UTRs substituindo um número maior de UTLs.

Tabela 10 - Caso 3b – Unidades de transbordo regional (UTR)

UT	Localidades		Distância localidade UT (km)	Carga na localidade (t/dia)	Carga na UT (t/dia)
1	Alexânia	GO		19	32
	Abadiânia	GO	30	13	
2	Corumbá de Goiás	GO		8	45
	Pirenópolis	GO	19	18	
	Cocalzinho de Goiás	GO	17	14	
	Vila Propício	GO	75	4	
3	Formosa	GO		90	100
	Vila Boa	GO	82	4	
	Cabeceiras	GO	62	6	
4	Padre Bernardo	GO		22	24
	Mimoso de Goiás	GO	20	2	
5	Cidade Ocidental	GO		45	240
	Valparaíso de Goiás	GO	10	120	
	Novo Gama	GO	17	76	
6	Jardim Botânico	DF		24	131
	São Sebastião	DF	6	78	
	Lago Sul	DF	12	30	
7	SCIA - Estrutural	DF		32	310
	Brasília - Asa Sul	DF	16	105	
	Park Way	DF	17	20	
	SIA	DF	9	2	
	Sudoeste/Octogonal	DF	9	52	
	Cruzeiro	DF	8	31	
	Vicente Pires	DF	5	68	
8	Sobradinho I	DF		59	400
	Sobradinho II	DF	9	94	
	Itapoã	DF	19	56	
	Lago Norte	DF	18	34	
	Brasília - Asa Norte	DF	19	105	
	Paranoá	DF	21	42	
	Varjão	DF	19	9	
Totais					1.512

Tabela 11 - Casos 3 e 3b – Unidades de transbordo locais e regionais

	Unidades de transbordo Caso 3 (D _{lim} = 25 km)	Carga diária UT na UT (t/dia)	Unidades de transbordo Caso 3b (D _{lim} = 20 km)	Carga diária na UT (t/dia)
1	Padre Bernardo	24	Padre Bernardo	24
2	Alexânia	32	Alexânia	32
3	Cristalina	37	Cristalina	37
4	Corumbá de Goiás	45	Corumbá de Goiás	45
5	Brazlândia (*)	49	Brazlândia (*)	49
6	Formosa	100	Formosa	100
7	Jardim Botânico	102	Jardim Botânico	131
8	Águas Lindas de Goiás	143	Águas Lindas de Goiás	143
9	Novo Gama	76	Cidade Ocidental	240
10	SCIA – Estrutural (**)	211	SCIA – Estrutural (**)	310
11	Sobradinho I (*)	400	Sobradinho I (*)	400
Carga total transbordada		1.219	Carga total transbordada	1.511

Na prática, é de se esperar reduções mais significativas, pois seguramente o custo unitário médio de transbordo diminuirá com a redução do número total de unidades de transbordo.

4. Conclusão

O modelo desenvolvido revelou-se ferramenta útil, flexível e ágil, prestando-se subsidiar o planejamento regional, permitindo avaliar variações do custo total decorrentes de alterações no número e no posicionamento dos aterros regionais, bem como de outras restrições (a exemplo das capacidades operacionais dos aterros), possibilitando quantificar o custo das decisões na busca de um serviço público eficiente.

Tabela 12 - Casos 3 e 3b – Custos unitários totais segundo a configuração do sistema de transbordo e aterros regionais

Configuração	Caso 3 (D _{lim} = 25 km) Custo unitário total (R\$/t)	Caso 3b (D _{lim} = 20 km) Custo unitário total (R\$/t)
Sem UTRs	62,27	64,09
Com UTLs e UTRs	61,28	63,26

Não fez parte deste trabalho pesquisar os custos médios dos serviços de transbordo, transporte e aterramento praticados na região estudada. Portanto, como já citado, os valores adotados nas simulações são hipotéticos, mas têm ordem de grandeza compatível com os custos atuais desses serviços. A pesquisa dos custos unitários aplicáveis à região em estudo permitirá apresentar resultados quando o modelo for aplicado com as localizações dos aterros regionais Sul e Norte.

Consideradas as hipóteses assumidas, pode-se concluir o seguinte:

Os resultados da tabela 3 demonstram que o ASRO, localizado em Samambaia, é o mais atrativo dos três aterros regionais em razão da sua posição privilegiada. Chegou a receber 74% da carga total em alguns dos casos testados. Assumidos custos unitários de aterramento idênticos, verificou-se que o ASRN, quando localizado em Planaltina (GO), é mais atrativo que o ASRS. Isso ficou também demonstrado pelo custo menor do Caso 5 em relação ao Caso 4. A opção de fixar valores mínimos de 400 t e máximos de 2.500t de carga diária para qualquer dos três aterros regionais, considerada

no Caso 4, teve pouco impacto em relação ao custo do Caso 1, o que é um fato positivo, pois indica a segura viabilidade de operar os três aterros regionais em condições de economia de escala. Como se previa, o Caso 2 apresentou custo maior que o Caso 1, em razão da diminuição da distância limite para descarga direta de 25 km para 20 km. A comparação dos resultados obtidos nos Casos 1 e 3 com os dos Casos 4 e 5 indica a conveniência de operar com os três aterros simultaneamente. Os resultados do Caso 6 ilustram que a ocorrência de custos unitários diferentes nos três aterros pode modificar significativamente a melhor distribuição de cargas nos três aterros.

A comparação dos resultados da tabela 4 com os da tabela 3, caso a caso, mostra que, em qualquer situação, a opção de localização do ASRN em Formosa eleva os custos, o que era de se esperar, pois Formosa está mais distante que Planaltina (GO). O modelo demonstrou que, com o ASRN em Formosa, o ASRS fica mais atrativo que aquele aterro. De outro modo, mesmo não tendo sido feita a simulação com o ASRN localizado em Planaltina (DF), pode-se afirmar que esta opção resultará mais eficiente, pois reduzirá custos de transporte.

A distribuição das cargas provenientes das diversas localidades nos três aterros sanitários regionais, conforme ilustrado pela tabela A2 do Apêndice(♦) para o Caso 3, é informação relevante para o dimensionamento e planejamento operacional do sistema de transporte de rejeitos.

Os custos anuais para cada município e para o DF, constantes da tabela 6, permitem construir uma proposta de rateio de custos baseada na quantidade diária provenientes de cada um, eventualmente

ajustando valores em razão de compensações que se resolva implementar.

As tabelas 7 a 11 demonstram que as informações fornecidas pelo modelo permitem facilmente localizar as unidades de transbordo locais e regionais e suas capacidades. Evidentemente a adoção de unidades de transbordo regionais, sempre que viáveis, reduz o número de instalações e permite, por introduzir significativas economias de escala, reduzir custos operacionais e de investimentos, bem como minimizar conflitos com as populações circunvizinhas. De fato, verifica-se que é possível trabalhar com apenas 11 unidades de transbordo em toda a região.

Observe-se que o SLU-DF opera instalações de transbordo em Brazlândia e Sobradinho I e que a UTR do SCIA - Estrutural poderá se localizar em área conveniente do próprio lixão hoje ali existente. Pode-se investigar a conveniência de substituir a UTR de São Sebastião por outra localizada na Asa Sul de Brasília, onde o SLU já detém área operacional funcionando como transbordo³. ■

(♦) Ver link http://www.abrelpe.org.br/revista_envio.cfm?ano=4

3 Os autores agradecem as contribuições de Alceu Galvão, Antônio M. R. Cortez, Cássio H. V. Velloso, Fernando R. de Oliveira, Gustavo A. Cerqueira, Heliana Kátia T. Campos, José A. M. Mendes, Marco Antônio A. de Souza e Pery L. de M. Nazareth.

(*) Marcos Helano Fernandes Montenegro, engenheiro civil, é Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e regulador de serviços públicos da ADASA - Brasília.

(**) Thiago Faquineli Timóteo, Bacharel em Gestão ambiental (UnB).

Referências bibliográficas

- BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2010. – Brasília: MCIDADES. SNSA, 2012.
- Protocolo de Intenções de Constituição do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás. Brasília, 2011.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal - PDAD/DF 2011. Brasília, outubro de 2012.
- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL. Mapa Rodoviário do Distrito Federal e do Entorno – 2012. DER-DF. Brasília, 2012.
- HUANG, G. H. H. A mixed integer linear programming approach for municipal solid wastes management. Journal of Environmental Sciences. Vol. 9, no. 4: 431-445. Elsevier, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[>>. Acesso em: 10 de julho de 2013.](http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/)
- KOMILIS D. P. et al. Optimizing the haul and disposal of municipal solid waste produced by the municipality of Athens using mixed linear and integer programming. Disponível em: <http://www.srcosmos.gr/srcosmos/showpub.aspx?aa=8090>
- OSSENBRUGGEN, P. J. Fundamental principles of systems analysis and decision-making. New York: John Wiley & Sons, 1994.
- RATHI, S. Optimization model for integrated municipal solid waste management in Mumbai, India. Environment and Development Economics 12: 105–121 United Kingdom: Cambridge University Press, 2007.

O agronegócio e os riscos para o abastecimento alimentar no Brasil

(*) Gerson Teixeira

O agronegócio responde por 22.15% do PIB brasileiro. As exportações do setor em 2012 somaram 96 bilhões de dólares, o equivalente a cerca de 40% do total nacional. Nesse mesmo ano, o saldo da balança comercial brasileira foi de 19.4 bilhões, resultado possível graças, principalmente, ao superávit de 79.4 bilhões de dólares da balança do agronegócio.

Os números como os acima expostos, somados ao significado econômico de suas cadeias produtivas e de uma base primária atomizada são usados como insumos do poderoso lobby do agronegócio por mais benefícios para o setor.

Em particular desde a década de 1990 quando essas estratégias passaram para a interlocução unificada da Bancada Ruralista que congregou a representação do legado da UDR com os dos interesses dos capitais que controlam o agronegócio, o Estado brasileiro, em especial, o governo central, atuam para disponibilizar o território e os recursos da sociedade para o atendimento dessas demandas. O potencial de respostas econômicas imediatas do setor impulsionadas pelo período de boom dos preços de algumas commodities agrícolas no mercado internacional forneceu o caldo de cultura para a eficácia dessas tensões sobre o governo.

Com efeito, notadamente na última década, os brasileiros foram convocados para o financiamento gigantesco da expansão desse padrão de negócio assentado na grande exploração agropecuária. A cada ano, o crédito rural oficial aumenta a oferta de vultosas somas para os grandes agricultores, com baixos custos para estes, mas bilionários para o Tesouro que sistematicamente tem sido acionado, também, para 'adimplir' grande parte dessas dívidas. Somente nos anos de 2012 e 2013, os 'valores liquidados' relativos às subvenções dos programas agrícolas previstos nas respectivas LOAs consumiram R\$ 12.7 bilhões. Em 2003 os gastos tributários com a agricultura empresarial somaram 680 milhões. Pela LOA/2013, os gastos correspondentes estão previstos em R\$ 13 bilhões, um incremento de 1.800% no período.

Na execução da Lei Kandir, a União aplicou, em média, R\$ 4.3 bilhões/ano, de 2005 a 2011. As dívidas dos grandes produtores rurais junto às corporações transnacionais do agronegócio têm sido estatizadas. O BNDES, via associação direta com capitais privados ou por meio de financiamentos subsidiados comandou o processo que culminou com o atual grau exacerbado de concentração/desnacionalização no segmento sucroalcooleiro e na indústria de alimentação.

Não fossem a natureza excessiva, não raro, sobrestando o interesse público e a soberania nacional, consideraríamos

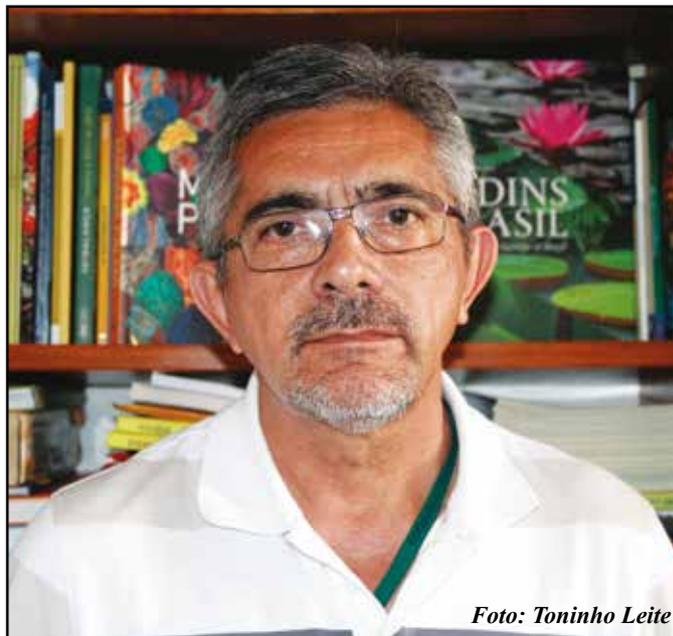


Foto: Toninho Leite

legítima parte dessas medidas posto a importância estratégica e as particularidades da atividade agrícola.

Contudo, a sociedade financia a estruturação, expansão e sustentação de um portentoso setor baseado na agropecuária sob o controle do capital externo, que exporta quase uma centena de bilhões de dólares de uma restrita pauta de produtos, mas que, ao mesmo tempo, entre tantos efeitos colaterais sistêmicos, expõe a população brasileira a ameaças severas no abastecimento de alimentos essenciais. Não é à toa que, por exemplo, de agosto de 2011 a abril de 2013, à exceção dos meses de fevereiro e março de 2012, o IPCA dos alimentos apresentou variação em níveis bem acima do IPCA geral.

O país comemora uma supersafra de grãos estimada em 186 milhões de toneladas (o que corresponde a 52% da produção americana de milho). Esse resultado reflete a evolução da produção desses produtos, passa da média anual de 74.5 milhões de toneladas na década de 1990, para a média de 137.5 milhões de toneladas entre 2000 e 2013.

Ao se comparar o perfil da produção de grãos nas safras de 1990 e 2013, observa-se que a participação do arroz sobre a produção total declinou de 14% para 6%. A do feijão, de 4% para 1.5%; a do trigo, de 6% para 2.3%. Já a soja, teve a participação ampliada de 34% para 44%. Juntos, milho e soja representam 87% da produção total de grãos do país na atualidade.

A produção de mandioca segue longa tendência de estagnação relativa, isso reflete no aumento vigoroso do pre-

	1990		1994		1998		2002		2006		2011	
	IPB	IPLPC	IPB	IPLPC	IPB	IPLPC	IPB	IPLPC	IPB	IPLPC	IPB	IPLPC
Argentina	56,4	65,9	70,5	78,6	104,2	111,3	87,7	89,6	95,4	94,3	139,7	134,1
Brasil	55,3	67,6	77,8	90,2	66,9	72,9	84,8	87,6	97,6	96,6	126,2	119,7
Paraguai	37,3	51,3	40	49,7	52,5	60,3	71,6	75,9	132,2	130,8	248	226,4
Uruguai	40	42,1	58,9	60,4	76,4	76,5	67,7	67,3	105,3	105,2	148,8	146,7

Fonte - FAOSTAT-Producción agrícola

ço da farinha ao consumidor. Tomando-se o caso dos cereais, que incluem produtos estratégicos da dieta básica da população, a evolução da produção no Brasil, desde 1990, é pífia até quando comparada com a dos nossos parceiros do Mercosul, exceto Venezuela. Os dados da FAO atestam o fato tanto por indicadores de produção bruta, como per capita. Segundo a organização, os índices de produção bruta e líquida per capita de cereais (base 2004-2006) para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai apresentaram as seguintes evoluções de 1990 a 2011:

No quadro acima, o Brasil tem ampliado sobremaneira as compras externas de alimentos básicos. As importações brasileiras de cereais saltaram de US\$ 1 bi em 2002 para US\$ 2.3 bi em 2012, sendo que somente as compras externas de trigo cresceram quase US\$ 1 bilhão no período alcançando US\$ 1.8 bi em 2012. Este valor corresponde a 3.3 vezes o valor aplicado pelo crédito rural no financiamento da cultura do trigo no país, em 2012. Ainda em 2012, as importações de arroz somaram US\$ 334 milhões, valor cinco vezes maior que o valor total aplicado pelo Pronaf no custeio da cultura. As importações de feijão saltaram de 110 mil toneladas em 2009 para 400 mil/ton em 2013, conforme estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Projeções do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA) estimam que a produção brasileira de trigo na safra 2020/2023 deverá alcançar 5.2 milhões de toneladas contra 5.8 milhões de toneladas na safra 2011/2012 (<http://www.ers.usda.gov/data-products/international-baseline-data.aspx#26220>). A mesma fonte prevê que na safra 2022/23 a produção brasileira de arroz será de 8.6 milhões de toneladas. As previsões da Conab para a safra 2012/13 são de 11.8 milhões de toneladas.

As previsões da FAO para o presente ano indicam nível razoável de recuperação da produção de cereais no mundo o que permite um relativo conforto para as importações brasileiras. No entanto, cenários do gênero têm sido atípicos com a maior frequência e escala de eventos climáticos que têm sinistrado safras ao redor do mundo. Tanto que a FAO/OCDE prevêem que “La producción agrícola mundial crecerá un 1,5 por ciento al año de promedio durante la próxima década, en comparación con un crecimiento anual del 2,1 por ciento entre 2003 y 2012....”.

Em suma, num contexto de insuficiência de recursos para investimentos em áreas extremamente sensíveis para o país como a mobilidade urbana, a saúde, a educação, a reforma agrária etc., disponibilizamos gigantescos recursos públicos para viabilizar a acumulação de capital no agronegócio tendo como contrapartida surreal a progressiva vulnerabilidade do abastecimento de alimentos essenciais da população brasileira. O agronegócio brasileiro não produz comida para a população do país; produz commodity para irrigar os lucros das empresas transnacionais que o controlam.

Em alusão à proximidade da exploração em larga escala do Pré-sal, a presidenta Dilma acertadamente garante que não deixará o Brasil sucumbir à ‘maldição do petróleo’. Contudo, precisamos rever as estratégias para os minério e agronegócio que rigorosamente, especificidades setoriais à parte, também levaram a economia brasileira para excessiva primarização acompanhada de importante desindustrialização. Ademais, o território brasileiro não pode ser usado como ‘barriga de aluguel’ para o capital internacional que controla o agronegócio. ■

(*) Gerson Teixeira é Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA



Foto: Divulgação - ABRA

A Estrutura Agrária sem limites exacerba a questão agrária

(*) Guilherme C. Delgado

Uma “questão agrária” é sempre um mal-estar provocado pela estrutura de propriedade, pose e uso da terra, objeto de expressão política. Mas quando o mal-estar social provocado pela estrutura agrária não é objeto de demanda política ou mesmo quando o sendo, não tem expressão política para promover uma reforma da estrutura agrária prevalecente, vivemos uma situação de conflito agrário permanente e difuso, ainda que ‘naturalizado’ pelo jogo do poder social dominante. A situação brasileira, desde a Constituição de 1988, mas principalmente desde a plena hegemonia da economia do agronegócio nos anos 2000 revela claramente um divórcio entre a estrutura agrária real, daquela que a Constituição desenhou para regular o direito de propriedade rural.

Vejamos como este divórcio recria na atualidade uma questão agrária distinta, mas não menos grave daquela declarada ainda nos anos 60 do século passado, por uma tácita e não declarada aliança dos partidos de esquerda e da Igreja Católica.

No Brasil, de direito, a propriedade fundiária segundo o texto constitucional fundamental (Art. 5, item XXIII) – *atenderá a sua função social* quando a propriedade rural atender simultaneamente os critérios definidores dessa função social (Art. 186):

- I. *aproveitamento racional e adequado;*
- II. *utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;*
- III. *observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*
- IV. *exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.*

Os quatro critérios mencionados não estão aí por acaso, mas representam de direito uma evolução do direito de propriedade fundiária instituído pela Lei de Terras de 1850, que consagrou uma espécie de domínio absoluta do proprietário privado sobre os recursos de terra, oriundos de sesmarias antigas ou de quaisquer escrituras declaradas nos registros cartoriais ou paroquiais facultados pela referida Lei.

Com os critérios da “função social” o constituinte estabeleceu àquilo que é a essência da reforma da estrutura agrária herdada da Lei de Terras e mantida intocada pelo regime militar – a obediência da propriedade privada aos critérios de direito público que a legitimam, tornando a exploração adequada, sustentável ecologicamente e civilizada em termos de direito trabalhista. Contudo, como esses critérios ainda estão em nível de conceituação abstrata, dependem de lei ordinária que os regulamente e de administração pública que os faça cumprir. É tanto a lei regulamentar quanto sua aplicação pe-

los órgãos incumbidos de realizá-la falham ostensivamente, como se verá em sequência, devolvendo a estrutura agrária à exclusiva competência dos mercados privados.

Lei Regulamentar – 8.629/93: Precária e inaplicada

Desde a Constituinte, mas principalmente depois, se articula no Congresso uma auto denominada Bancada Ruralista (oficialmente hoje com a denominação de Frente Parlamentar da Agropecuária), com o propósito explícito de fazer a defesa de interesses dos agropecuaristas, mas principalmente ativa para desconstruir regras constitucionais limitantes dos direitos de propriedade absolutos. Por arte da obstrução parlamentar e descaso do Poder Executivo, demorou cinco anos para que se aprovasse uma lei ordinária tecnicamente regulamentadora do Art. 186, sem o que não seria possível aplicar o princípio da “função social da propriedade rural”. Essa lei é aprovada no início do governo Itamar Franco, ao embalo das pressões pós ‘impeachment’ do ex-presidente Collor de Melo. Mas atendendo às pressões ruralistas, restringe-se a regulamentar apenas o critério I – “aproveitamento racional e adequado”, para o que institui os conceitos de “Grau de Utilização” e ‘Grau de Eficiência das Terras’, que supostamente serviriam para aplicar uma parcela do ordenamento constitucional.

Decorridos 20 anos da edição da Lei, temos de fato constatada sua completa inocuidade. Primeiro porque não se trata da simultaneidade dos quatro critérios aplicáveis ao mesmo território, como explicitamente diz o artigo 186 – *A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:* (os quatro requisitos nominados acima).

Em segundo lugar, porque os conceitos aplicáveis de Grau de Utilização e Grau de Eficiência não são atualizados pelo Poder Executivo desde a época da edição da Lei, que ainda se reportava aos índices de produtividade física levantados pelo Censo Agropecuário de 1975.

As regras ambientais de preservação e sanidade dos recursos naturais e as regras trabalhistas previstas e inseparáveis da função social da propriedade rural foram amputadas da Lei Agrária e remetida à competência de outras legislações - Código Florestal, ANVISA, Leis Trabalhistas etc., desvinculadas do mandamento constitucional e fragmentadas em competências administrativas ainda mais precárias.

A inação do Estado, orquestrada pelo Poder Legislativo, mas liderada pelo Poder Executivo, ostensivamente desde o segundo governo FHC e seguida pelos governos Lula I, Lula

II e Dilma, é observado pelo Poder Judiciário por complacente e obsequioso silêncio. Isto significa que 99,7% do território brasileiro, área que segundo o IBGE (Censo Agropecuário de 2006) corresponde ao território rural brasileiro, está fora da jurisdição do direito constitucional, que regula a função social da propriedade. Mas se o Estado brasileiro se demite de cumprir sua função, haverá interesses em jogo e principalmente consequências sociais, ambientais, trabalhistas nada edificantes.

Caldo de cultura de uma Estrutura Agrária desregulada

O quarto de século de vigência da Constituição Federal de 1998 é pelo menos em metade dele (2000/2013), de articulação da chamada economia do agronegócio, com forte expansão das exportações de ‘commodities’. Neste período observa-se claramente os ciclos ascendentes dos preços das ‘commodities’ e das terras, o relançamento do crédito rural subvencionado e principalmente o orquestrado desmantelamento dos órgãos públicos encarregados da regulação da estrutura agrária, ainda que fragmentariamente - INCRA, IBAMA, FUNAI, ANVISA e Ministério do Trabalho. Tudo isto é feito em nome de uma verdadeira idolatria ao agronegócio, que nos traria solução à dependência externa, por sinal desmentida pelo próprio andar da história recente.

Mas o preço da desregulação não ficou barato para a sociedade. Trabalho similar à escravidão recrudescer, segundo as próprias estatísticas oficiais (Grupo Móvel para Erradicação do Trabalho Escravo – Polícia Federal e Ministério do Trabalho), que entre 2003 e 2011 liberta 34.793 trabalhadores de 2.227 fazendas empresariais visitadas.

Por sua vez, no campo ambiental recrudescem duas práticas, facilmente coibíveis pela regra constitucional da função social: os desmatamentos e queimadas em grandes proporções, maiores responsáveis no Brasil pelo ‘efeito estufa’ e a dilapidação dos recursos naturais pela utilização crescente e irresponsável dos agrotóxicos (1,0 milhão de toneladas ano é o consumo atual, que vêm crescendo à taxa de cerca de 15,0% ao ano).

A tudo isso se soma um padrão de exploração do trabalho assalariado duplamente desfavorável – prescinde de grandes massas de trabalho para mover todo o processo produtivo, mas os contrata por curtos ciclos, sob condições de saúde altamente epidêmicas, constatáveis nos laudos periciais de ‘auxílio doenças’ atestados pelo INSS.

E finalmente uma prática nada nova no Brasil – ‘grilagem’ de terras públicas se acentua no período recente ao amparar em uma sempre prestimosa Bancada Ruralista, invadindo terra indígena, terra de parques e reservas naturais e patrimônio públicos de ‘terras devolutas’, sob olhar desatento dos órgãos encarregados da política fundiária.

Os efeitos extra setoriais dessa desregulação não tardam a se sentir nos espaços urbanos. Há notórias constatações sobre contaminações de alimentos, pessoas e recursos hídricos pelo ‘boom’ dos agrotóxicos; ocorre ainda forte perda de biodiversidade com a expansão das monoculturas; e as mudanças climáticas se acentuam, afetando também fortemente a população urbana.

Uma pista para a questão agrária em aberto: A Reforma da Estrutura Agrária

O leitor medianamente informado terá concluído que a inação do Estado em face de forte rearticulação dos interesses dos grandes proprietários rurais no pacto do agronegócio recria uma Questão Agrária, que infelizmente não encontra canal político de expressão nem no Congresso nem no Executivo. Este por sinal, no governo atual, dá por extinto o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais do Governo Federal, considerado por muitos a própria reforma agrária.

Na verdade o essencial da reforma agrária é a regulação permanente da totalidade do mercado de terras pelo princípio da função socioambiental; e obviamente dos demais territórios demarcados como terras públicas – terra indígena, parques e reservas, áreas de assentamento e terra devoluta pública às finalidades de sua destinação. Como essa regulação está sob permanente obstrução dos ruralistas, salta aos olhos a necessidade de colocar sob o controle constitucional a propriedade fundiária.

Não há do ponto de vista técnico qualquer obstáculo à aplicação simultânea das regras sanitário-ambientais, trabalhistas e de utilização racional incidentes em um mesmo território. Uma Lei Orgânica da Função Social facilmente regulamentaria essa aplicação e a heterogeneia e dispersa burocracia ficaria unificada para este propósito. E esse propósito é precisamente o de uma reforma da estrutura agrária, conforme a legitimidade do direito agrário vigente.

Este passo não foi dado por nenhum governo no período pós-constituente, por evidente falta de apoio político ou porque não se considerava necessário enfrentar os interesses agrários articulados no pacto agronegócio. Mas ao preço da virtual capitulação aos interesses primário exportadores, que nos comandam deste então.

O que também vai ficando patente ao observador medianamente informado é que a articulação de interesses agrários, sob abrigo da desregulação fundiária, vai abrindo caminho para novas e perversas distorções. A internacionalização do mercado de terras, sob controle do capital financeiro é uma delas, seja ela explícita nas mãos dos fundos financeiros, seja ela implícita nas mãos da chamada “economia financeira verde”. E em nenhum dos casos se pode esperar a salvaguarda da soberania nacional e o respeito às suas populações camponesas.

O debate sobre a limitação do capital e do dinheiro aplicado em terras, sob a égide da sua função social, transcende taxonomias do tipo “reforma agrária clássica x reforma agrária popular”, para se situar no campo amplo da necessária civilização das relações sociais gerais da sociedade brasileira no âmbito de uma democracia de massas. Adiar o enfrentamento dessa questão, como infelizmente tem feito o nosso sistema político nas últimas décadas, exacerba riscos sociais e ambientais, que temos dever ético e político de enfrentar. ■

(*) *Guilherme C. Delgado é Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*

Ocupação urbana Sul/Sudeste do DF - Uma nova Cidade?

(*) Suely Gonzales

Introdução

A forma como vem sendo alardeado na mídia o Plano do governo para a ocupação da Zona Urbana de Expansão e Qualificação Sul/Sudeste do Distrito Federal¹ demanda melhores e mais qualificadas informações. A comunidade brasiliense deve, por direito, conhecê-lo e avaliá-lo sob critérios justos, válidos e suficientes. Este artigo pretende apresentar as principais informações disponibilizadas pelo GDF, acrescentando-lhe comentários, avaliações e questionamentos que possam contribuir para a discussão desse Plano.

Primeiramente, é importante lembrar que qualquer plano ou programa atende sempre a **objetivos ou intenções**, justificados ou não por seus autores. Eles devem ser reconhecidos e analisados por quem pretende avaliar o que está sendo proposto. No caso dessa grande mancha de expansão urbana - ZUEQ, indicada no PDOT/DF² para a região sul/sudeste, um objetivo pode ser o incentivo ao desenvolvimento urbano na direção sul/sudeste (eixo da rodovia DF 140), como uma alternativa ao eixo sul/sudoeste (eixo da rodovia BR 040). Entretanto, no texto da Lei, as Zonas de Expansão e Qualificação Urbana – ZUEQs- são justificadas apenas como parte da estratégia para a regularização dos mais de 500 condomínios, espalhados em todo o DF, localizados, nesse caso, basicamente ao longo da rodovia DF 140.

Entretanto, no Plano ora apresentado, os objetivos são bem mais abrangentes e se expressam fisicamente em um determinado zoneamento, com diretrizes e parâmetros para a ocupação urbana de toda a área dessa ZUEQ. Seu desenho é de um grande bairro residencial, embora a mídia o apresente como uma “nova cidade com 900 mil habitantes”.

Em entrevista na mídia local, o Secretário da SEDHAB/DF, Geraldo Magela explicou, que a proposta de diretrizes urbanísticas para a Região Sul/Sudeste se justifica pela necessidade de planejamento para o território do DF.

Esclarece que planejar significa economizar e racionalizar o uso de recursos além de prevenir problemas. “Estamos falando de uma função fundamental do Estado que é planejar[...] Brasília começou a ser feita com base no planejamento, mas ao longo do tempo, os governos abandonaram esse planejamento e começou a surgir con-



Foto: Toninho Leite

domínios em todos os lugares[...] agora nós estamos retomando a capacidade de planejar essa ocupação[...] mais e principalmente em função da necessidade e da premência de localizações para equipamentos de uso coletivo, ordenamento e dimensionamento dos sistemas viários[...] nunca prevista pelos loteadores de[...] nem encarada pelos governos[...]” (Jornal da Comunidade de 19 a 25 de outubro de 2013).

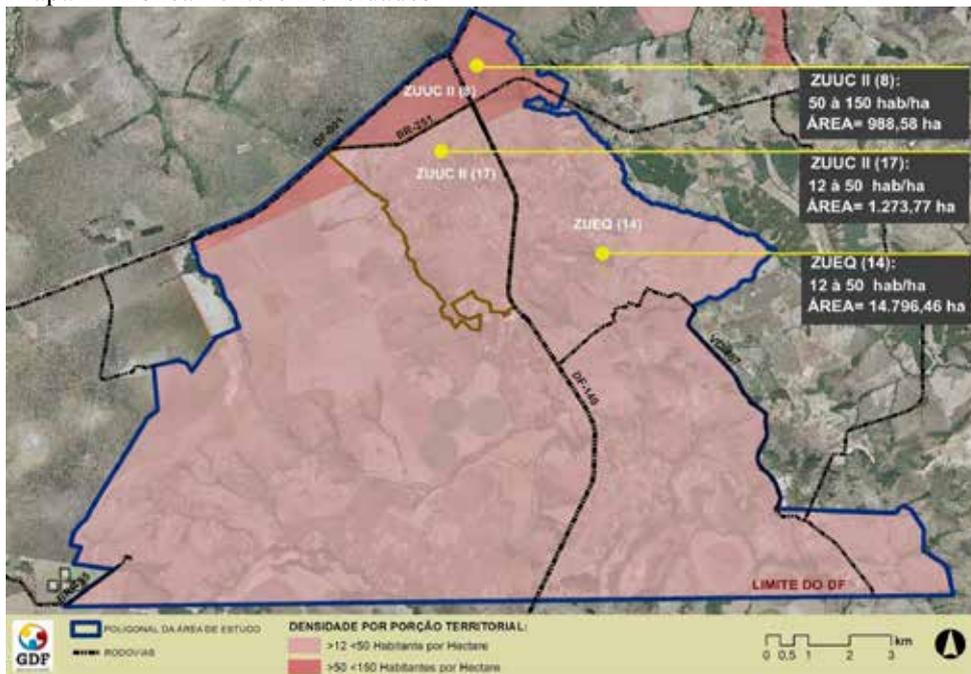
Assim, mais objetivos e argumentos são acrescentados e expostos para o julgamento da população. Entretanto, não são suficientes para justificar, de forma completa e acabada, as diretrizes propostas para a área em apreço. Para uma avaliação mais justa e real, é necessário obter informações qualificadas que aumentem a capacidade de formular um julgamento, não somente sobre os argumentos e os objetivos apresentados mas, principalmente sobre as propostas de zoneamento, diretrizes e parâmetros urbanísticos indicados para a ocupação dessa ZUEQ.

Na realidade, a desordem urbana e a deterioração ambiental, com tendências evidentes de agravamento, constituem o quadro atual do território do Distrito Federal. Historicamente, a expansão de áreas residenciais sobre setores que não deveriam ser ocupados, tais como as áreas de proteção de mananciais hídricos, áreas de significativa sensibilidade à erosão ou de altos graus de declividade topográfica, não foram encaradas pelo Poder Público, como uma questão de controle da expansão urbana. Uma gestão territorial deficiente e a perversidade dos processos imobiliários irregulares ou especulativos redesenharam o espaço do DF.

¹ Fundamentos Urbanos e Legais. Diretrizes Urbanísticas. REGIÃO SUL/SUDESTE – DF 140 Set/2013 e PROPOSTA PRELIMINAR DE DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA PARCELAMENTO DO SOLO REGIÃO SUL/SUDESTE DF-140 MARÇO/2013. Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano GDF

² Lei Complementar Nº 854, DE 15/10/2012, que atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências.

Mapa 2 - Zoneamento e Densidades



Assim, até 2030, mais de um milhão de novos habitantes do DF ocuparão 374.148 novos domicílios, o que, em assentamentos unifamiliares (média de 120 habitantes/hectare), demandará a disponibilidade de uma expansão na ocupação da área urbana, da ordem de 9.693,79 hectares.

A questão é, pois, onde serão localizados esses assentamentos habitacionais e que tipo de público terá a capacidade de se apropriar deles.

Alguns indicadores da PNAD-IBGE-2012, acrescentam informações importantes sobre a situação atual e podem facilitar uma resposta quanto às formas de apropriação dos domicílios particulares permanentes, no DF:

de recargas de aquíferos ou de grandes declividades, as quais reduzem e condicionam extremamente sua área urbanizável. A densidade demográfica média permitida é de 12 a 50 hab/ha, podendo assim, abrigar uma população de até 739.823 habitantes, devendo ficar concentrada nessa área.

É importante assinalar mais uma vez que, segundo o PDOT, qualquer uma das categorias de densidade média e baixa admitem concentrações na distribuição da população (expressos na Lei como “enclaves de alta densidade”) desde que mantida a média adotada para a respectiva zona, considerando sua área total.

O exame atento dessas determinações e permissões contidas, leva à conclusão de que a localização dos 951.798 habitantes ali permitidos pelo cálculo da densidade média, deverá resultar em expressivos enclaves de alta densidade construtiva, em determinados setores.

É importante destacar ainda que, nesses “enclaves”, segundo os itens II e V do Artigo 42º do PDOT, admitem-se limites máximos construtivos dados pelos coeficientes de aproveitamento 4 (quatro) na ZUUC II, e 6 (seis), na ZUEQ.

2. Da justificativa da necessidade de expansão urbana para habitação

2.1 A demanda potencial por habitações no DF

O IBGE estima um aumento da população do DF entre 2010 e 2020 da ordem de 652.888 pessoas. Considerando a média de 3,2 pessoas por domicílio, dado pela PNAD-2012, esse aumento corresponderia a uma necessidade de 204.027 novos domicílios, no período.

A projeção do IBGE, da população para 2030 é de 510.361 pessoas, correspondendo a uma necessidade de produção de mais 170.121 novos domicílios, se considerada uma média de 3,0 pessoas por domicílio⁵.

- 514 mil são próprios (60,6%);
- 252 mil estão na condição de alugados e
- 83 mil, na condição de cedidos, ou em cortiços, ou em outra condição.

Portanto, 341 mil domicílios (39,4%) não são de propriedade de seus moradores os quais poderão ser considerados demandantes de “casa própria” no mercado imobiliário ou nos programas habitacionais do governo.

Os dados da Tabela 1 mostram a atual distribuição dos domicílios por grupos de renda domiciliar, no DF. Nesse ano, 53,3% do total desses domicílios estaria representado pela população que recebe entre 0 e 5 salários mínimos. Se esta proporção persistir, ela caracterizará a necessidade de uma significativa produção (e comercialização) de habitações aos grupos de população de até 5 salários mínimos.

Essa população compreenderia um mercado consumidor dos padrões da região Sul/Sudeste?

E a grande dúvida persiste: Há que atender às demandas por novos domicílios ou por domicílios próprios?

2.2 A oferta de áreas para habitação, dada pelo PDOT

O PDOT apresenta duas potencialidades para a definição de áreas habitacionais. Na primeira, o zoneamento proposto define grandes manchas de áreas para expansão urbana - ZUEQs, visíveis no MAPA 1 anteriormente apresentado. Numa segunda opção, apresenta a ocupação de “vazios residuais- Art. 37 -VI – estimular a ocupação dos vazios residuais das áreas urbanizadas dotadas de serviços, infraestrutura e equipamentos, preferencialmente à criação de novas áreas urbanas, de forma a otimizar a capacidade da infraestrutura instalada[...];”

E insiste no Art. 49 que “Constituem diretrizes setoriais para a política de habitação do Distrito Federal: V – viabilizar o aumento de áreas destinadas a programas e projetos habitacionais, preferencialmente em áreas ur-

⁵ Pelo IBGE, 2.570.160 habitantes é o dado do CENSO-2010 e para 2020; projeção é de 3.223.048 hab. e para 2030 é de 3.733.409.

Tabela 1 - Domicílios Particulares Permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, Distrito Federal – DF – 2012

Classes de rendimento mensal domiciliar	Ano	
	2002 (mil unidades)	2012 (mil unidades)
Total	621	848
Até 1 sal. mínimo*	37	46
Mais de 1 a 2 sal. mínimos	82	121
Mais de 2 a 3 sal. mínimos	73	113
Mais de 3 a 5 sal. mínimos	95	160
Mais de 5 a 10 sal. mínimos	116	162
Mais de 10 a 20 sal. mínimos	97	121
Mais de 20 sal. mínimos	100	84
Sem rendimento	10	12
Sem declaração	11	29

* Salário Mínimo em 2012: R\$ 622,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2012

banas já consolidadas e em consolidação, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território, evitando-se a criação de novos núcleos urbanos dissociados da trama urbana existente”.

No Art. 135, nomeia mais de 30 áreas integrantes dessa estratégia de oferta de áreas habitacionais (Anexo II, Mapa 2 e Tabela 2D do PDOT)

Esse panorama institucionaliza a Divisão Social do Espaço Urbano, delegando ao Poder Público essas últimas implantações habitacionais na forma de programas institucionais e deixando áreas como as ZUEQs e em especial a do Sul/Sudeste para o domínio imobiliário particular.

Desde 2004, quando o governo iniciou a revisão do PDOT/97, os dados apresentados no Documento Técnico, o Quadro 42 - Parâmetros para Áreas Habitacionais – novas áreas Habitacionais Prioritárias e o Quadro 43 - Parâmetros para Áreas Habitacionais – áreas a serem adensadas, permitiam estimar a possibilidade de produzir, em apenas 16 das mais de 40 novas áreas habitacionais o assentamento de 163.833 moradias além, de mais 116.639, nas áreas a adensar, atendendo uma população total da ordem de 513.748 pessoas.

Todos esses dados e informações podem demonstrar que a expansão urbana determinada pelo PDOT está muito além da necessidade ao atendimento da demanda habitacional prevista até o ano de 2030, propiciando em larga escala, a retenção fundiária para especulação imobiliária.

Especificamente, no caso em debate, temos uma expansão periférica de alto potencial de valorização sobre espaços vazios, econômica e financeiramente mais vantajosa, que se realizará num intervalo de belíssima paisagem, entre duas áreas elitizadas ocupadas pelas mansões - SMPW e Alfaville - incorporando os condomínios do Tororó e uma importante área pertencente a Terracap.

Resta a pergunta: Haveria necessidade de habitação ou oportunidades de médio prazo para investimentos econômicos do setor imobiliário?

3. Uma nova cidade no DF?

Outras considerações e questionamentos poderão ser úteis ou não, para a avaliação do Plano do governo para a Região Sul/Sudeste do DF.

O significado da expansão urbana na área sul/sudeste do DF, a partir de sua definição de usos no PDOT e das diretrizes para sua ocupação dadas pelo Plano apresentado, poderá configurar uma nova cidade (satélite)? Ou apenas um novo bairro, uma expansão de área residencial? Ou uma expansão da área metropolitana de Brasília?

O que é uma cidade? Qual a diferença entre ela e uma extensão residencial? Até onde um plano/desenhado determina e garante uma cidade ou uma expansão da metrópole?

A descentralização de atividades econômicas pode caracterizar uma nova cidade ou apenas um decreto a define?

Será que podemos considerar esse Plano como um desenho para uma cidade satélite como foi feito em décadas anteriores para implantação de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Ceilândia etc.? Quais eram as condições das necessidades na época e quais são as de agora? Como evoluíram em suas ocupações e quais os resultados atuais? Haverá condições para acontecer o mesmo nessa área? Havia nelas a demanda reprimida da baixa renda e na atual, responderá a que tipo de demanda?

Entretanto, a importância de seu Plano (dado por princípios, objetivos e diretrizes para sua ocupação) é menor frente à pergunta de porque somente para ela e não para todas as ZUEQs é dado um Plano simultaneamente integrado, principalmente por sua vulnerabilidade às “ocupações irregulares”, que provavelmente já estão ocorrendo?

4. Conclusão

A extensa área de categoria urbana ao sul do DF, que passou por tipificações diversas no decorrer do processo de elaboração do PDOT (Zona Urbana de Uso Controlado, Zona Urbana de Expansão e Qualificação, Zona de Contenção Urbana), variando também em sua dimensão, a cada proposta, pode ser considerada dispensável para atendimento da demanda por habitação. Essa área enorme não tem justificativa de ter uso urbano, a não ser para proporcionar estoques especulativos, aguardando a valorização, e ser disponibilizada quando seus proprietários assim o entenderem, fugindo, portanto, da função social da propriedade, obrigatória pela Constituição, Estatuto da Cidade e Lei Orgânica do DF.

Afinal, o Governo do DF, ao apresentar um plano a ser implementado nessa região, o que está fazendo é simplesmente priorizar e incentivar (até de forma excepcional) a implantação de uma determinada área em detrimento de outras.

O que é preciso é avaliar essa prioridade.

Quais as chances de sua real ocupação a curto prazo, dado a necessidade de novas áreas para o desenvolvimento urbano local? Ou interessa ao governo ou a certos setores empresariais, apenas o médio prazo, propiciando a especulação imobiliária sobre o setor?

Na realidade a intenção não foi debater a proposta mas sim alimentar, subsidiar o debate sobre ela. ■

(*) Suely Gonzales é arquiteta, urbanista e professora da UnB

Circuito Empreendedor traz novidades em 2014

Sebrae no DF disponibiliza novos cursos e capacitações

Bianca Baamonde

Em 2014, o Sebrae no DF dá continuidade ao trabalho de capacitação dos empreendedores locais por meio do Circuito Empreendedor. Além dos cursos permanentes da grade como o Empretec e Sebrae Mais, novas atividades estarão disponíveis.

O curso Consultoria em Gestão Financeira para Contadores que teve turma piloto em 2013, veio para ficar. O objetivo é capacitar contabilistas para levantar diagnósticos entre os pequenos negócios e aplicar as ferramentas certas para que eles avancem financeiramente. O curso de 60 horas-aula vai capacitar os contabilistas para que possam identificar fragilidades financeiras dentro de cada negócio e, após diagnóstico, atender às necessidades dos empresários.

Outra novidade, o Coaching Empreendedor, é uma alternativa para empresários e profissionais que desejam se conhecer melhor, definir os objetivos claramente. Nesse curso, o empreendedor desenvolverá a capacidade de compreender os conceitos de coaching e inteligência emocional e aplicá-los para aumentar a performance individual e organizacional, bem como, baseado no próprio comportamento, usar as

emoções a seu favor na hora de gerir o negócio.

O programa EducaOnline, recém-lançado, oferece, no primeiro semestre de 2014, quatro atividades por meio da metodologia de educação a distância para auxiliar o microempreendedor individual a fazer a declaração de rendimentos, dando dicas por meio de vídeos, textos e aulas.

O gerente da Unidade de Capacitação Empresarial do Sebrae no DF, Ary Ferreira Júnior, destaca a versatilidade do Circuito, que atende produtores rurais, potenciais empresários, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. “São mais de 150 atividades presenciais e mais de 30

online que auxiliam o empresário na tomada de decisões para o desenvolvimento dos novos negócios, em fase de consolidação ou aperfeiçoamento”, explica o gerente. ■

(*) Bianca Baamonde é jornalista do Sebrae

Informações:

www.df.sebrae.com.br

Central/Atendimento 0800 570 0800

Twitter: @sebraenodf

Facebook: Sebrae no DF

RP1 Comunicação Brasília

Tel. 61 3328-5687 / 3328-0665

www.rp1.com.br



Foto: Divulgação Sebrae

Publicações Técnicas

Ao longo de quase cinco décadas a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) passou por transformações, mas manteve sua missão de produzir e disseminar informações em diferentes formatos. Agora coloca à disposição de seu público as publicações técnicas (online), recentes, resultado de estudos e pesquisas que traçam o perfil dos habitantes do Distrito Federal. Dessa forma oferece ao governo, aos acadêmicos e estudantes e à sociedade em geral reflexões para adoção de modernas gestões administrativas e de políticas públicas.

Site: www.codeplan.df.gov.br



Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal PED-DF

Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal de junho de 2013.



Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959-2010

Estudo feito em 2013, a partir de referências como os Censos Demográficos do IBGE e recortes de jornais de Série Histórica, publicada no ano do cinquentenário de Brasília e o livro 50 anos em 5, de Juscelino Kubitschek.

Perfil socioeconômico dos moradores dos municípios da Área Metropolitana de Brasília - PMAD/2013

Pesquisa realizada em 12 municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB).

Dezembro/2013



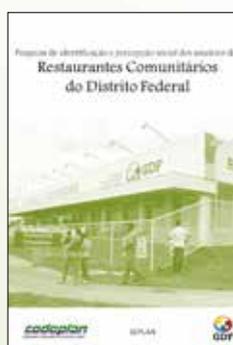
Retrato da Classe C no Distrito Federal - nova classe média ou nova classe trabalhadora?

Trata da constituição da Classe C no Distrito Federal entre 2001 e 2011, abordando dinâmica populacional, educação, trabalho, condições de domicílio e hábitos de consumo, segundo dados da PNAD/IBGE, e especificidades das regiões administrativas, segundo a PDAD/Codeplan.



Perfil das pessoas com deficiência no Distrito Federal

O relatório apresenta o perfil da população com deficiência no DF. Os objetivos da pesquisa, de maio deste ano, são promover a inclusão social destes e contribuir no aprimoramento de políticas públicas.



Pesquisa de identificação e percepção social dos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

Traça o perfil dos usuários dos 13 restaurantes comunitários do Distrito Federal, bem como analisa a percepção social desses usuários sobre o serviço prestado em diversos aspectos.

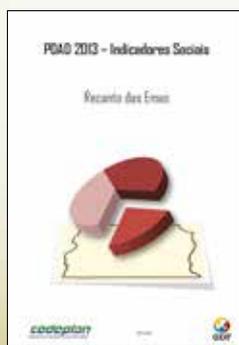
Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades-Dormitório

Baseado na PDAD-DF/2011, o estudo de abril de 2013 mostra as Regiões Administrativas que apresentaram saldos positivo e negativo, em termos de oferta de postos de trabalho.



Indicadores sociais - PDAD 2013 Recanto das Emas e Samambaia

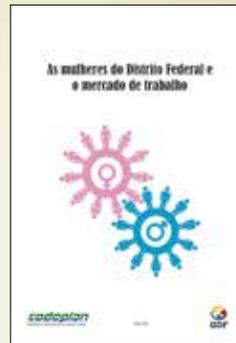
Aborda aspectos sociais dos dados coletados pela PDAD/Codeplan para a região administrativa do Recanto das Emas, como educação, saúde, mercado de trabalho e previdência entre famílias de baixa renda, além de trabalhar indicadores sobre questões de gênero, jovens, idosos e pessoas com deficiência.





Tamanho das Torcidas dos Principais Clubes do Futebol Brasileiro no Distrito Federal

A preferência populacional de Brasília em relação aos clubes de futebol. Os resultados são parciais, de acordo com dados da PDAD-DF/2013.



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no DF, e a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Elaborado a partir dos dados da PDAD/Codeplan.

Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal

Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação



Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 - PIB-DF

Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal



Perfil e Perspectivas do Setor Financeiro em Brasília - Contribuição para o debate sobre a necessária diversificação da estrutura produtiva do DF

Trabalho de julho deste ano expõe e analisa a situação do setor financeiro em Brasília, indicando os principais meios para o crescimento da área, visando à diversificação da estrutura produtiva do DF.

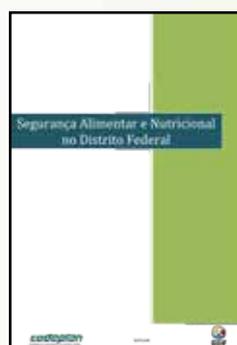


Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde

Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015-2012.

Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal

Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal. Trabalho de outubro de 2012.



Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal

Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência.



Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento.



Perfil da População Idosa do Distrito Federal

Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.

Atividade econômica do DF cresceu 0,9% no 3º trim/2013

No 3º trimestre de 2013, a atividade econômica do Distrito Federal cresceu 0,9%, na comparação com igual trimestre de 2012, resultado abaixo do Brasil (+ 2,2%), divulgado pelo IBGE. Nos nove primeiros meses do ano, a economia local cresceu 1,2% em relação ao mesmo período de 2012.

SERVIÇOS

Esse setor, ao representar 93,20% de toda a atividade econômica do Distrito Federal, foi o determinante para o resultado do desempenho local. Avançou 0,9% no 3º trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Em termos acumulados, cresceu 1,2% de janeiro a setembro deste ano.

A atividade de Informação cresceu 5,8%, acima da média nacional (4,6%). O subsetor manteve desempenho acima das demais atividades do setor Serviços nos três primeiros trimestres de 2013, com incremento de 7,4% no ano. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE), o DF obteve a 2ª maior variação da receita nominal de serviços de informação e comunicação (14%) entre as 12 unidades da federação pesquisadas, na comparação dos meses de setembro de 2012 e 2013. Nesse período, o DF acumulou 11%.

As Atividades Imobiliárias e Aluguéis mantiveram o bom desempenho nos trimestres anteriores e apresentaram variação positiva de 3,8%. Para o Brasil, o IBGE mediu variação positiva de 2,1%.

O Comércio subiu 0,8% no DF no 3º trimestre de 2013, menor índice desde o início da série no 1º trimestre de 2012. A média nacional foi de 2,4% divulgada pelo IBGE. O desempenho do Comércio foi influenciado, principalmente, pela queda no volume de vendas de veículos novos (-11,3%). No final do mês de maio de 2012, o Governo Federal implementou ações de incentivo ao consumo de veículos, por meio da redução do IPI, medida que repercutiu nos meses de junho, julho e agosto daquele ano. Com seu prazo final previsto para agosto, a política foi prorrogada, até outubro, consolidando o aumento do consumo do bem no 3º trimestre do ano passado. Outros fatores que podem ter contribuído para o comportamento do comércio são o grau de endividamento e a cautela da população. A inflação global medida pelo IPCA, nos últimos 12 meses terminados em setembro, foi de 6,2% para o Distrito Federal, superior à média nacional de 5,86%.

Os resultados positivos das atividades mencionadas acima não foram suficientes para neutralizar o impacto do tímido desempenho da Administração Pública (0,5%), que responde por 54,41% da economia do Distrito Federal e 58,38% do total do setor Serviços. Em âmbito nacional, o IBGE registrou crescimento de 2,5% na Administração Pública e de 2,2% no setor de Serviços.

O pessoal ocupado na saúde pública caiu 4% na comparação dos terceiros trimestres de 2012 e 2013. Já a Intermediação Financeira

teve desempenho negativo de 1,8%, enquanto o índice registrado para o Brasil cresceu 2,6%. A expectativa da população e dos empresários quanto ao encarecimento do crédito para o consumidor pode explicar parte desse resultado, visto que a taxa básica de juros foi elevada duas vezes no decorrer do terceiro trimestre de 2013, em julho (8,5%) e agosto (9%).

O agregado nos demais subsetores, que corresponde às atividades de Alojamento e Alimentação, Serviços Prestados às Famílias e Associativos, Serviços Prestados às Empresas e Serviços Domésticos, subiu 2,3% no período.

INDÚSTRIA

Essa atividade, que tem peso de 6,55% no PIB local, registrou avanço de 1,9% no terceiro trimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012. No desempenho nacional, o IBGE também computou acréscimo de 1,9%.

Em relação à Indústria de Transformação, que representa somente 1,65% do PIB total, ocorreu crescimento de 7,9% no trimestre, muito superior ao resultado para o Brasil (1,9%). Os aumentos da fabricação de produtos alimentícios e bebidas, produtos de minerais não metálicos, indústrias gráficas e fabricação de cimento influenciaram o resultado no Distrito Federal.

A Construção Civil que representa 4,19% do PIB local, recuou 0,4% no terceiro trimestre na comparação com o mesmo período de 2012. No Brasil, a atividade teve incremento de 2,4% no mesmo período.

Para impulsionar o setor, o GDF anunciou, em março deste ano, o programa "Acelera DF", um plano que prevê a realização de mais empreendimentos em áreas como urbanização, educação, saneamento, transporte, segurança e iluminação pública, entre outras. Algumas obras já foram iniciadas como a duplicação e pavimentação de rodovias e avenidas, previstas no subprograma "Asfalto Novo".

Considerando que a Construção Civil representa 64% de toda a Indústria do DF, é de se esperar que o desempenho da atividade seja determinante no resultado geral do setor no DF.

Os demais subsetores, que compreendem Indústria Extrativa Mineral, Energia, Água e Esgoto, apresentaram crescimento de 1,9% no período.

AGROPECUÁRIA

Esse setor no DF, assim como a Indústria, exerce pequeno impacto no desempenho global, pois responde por apenas 0,25% do PIB local. No 3º trimestre de 2013, teve queda de -6,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No Brasil, o setor Agropecuário apresentou variação negativa de -1,0%.

A agricultura local é desenvolvida em pequenas áreas, dada a dimensão territorial do DF, e qualquer fator que atinja as áreas de cultivo, como efeito climático, infestação de pragas ou aplicação de novas tecnologias, interfere fortemente na produção das lavouras, com grande impacto no índice desse setor. ■

Idecon - DF e PIB Brasil

Série de variações trimestrais dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo período do ano anterior - 1º trim./2012 ao 3º trim./2013

Atividades Econômicas	2012				2013		
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri
AGROPECUÁRIA	0,8	4,6	-4,9	-2,5	-0,1	-1,0	-6,6
INDÚSTRIA	7,2	4,4	2,4	7,7	1,6	1,8	1,9
Indústria de Transformação	7,0	4,3	7,6	4,1	4,6	6,4	7,9
Construção Civil	8,2	4,2	-1,1	9,0	-0,1	0,2	-0,4
Demais subsetores	2,6	5,2	7,4	10,8	5,3	1,0	1,9
SERVIÇOS	3,3	1,6	3,0	2,9	1,0	1,7	0,9
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	4,5	3,2	8,4	2,5	1,5	3,0	0,8
Serviços de Informação	8,2	8,4	7,3	6,1	9,5	7,0	5,8
Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar	-1,9	1,6	-0,6	-3,3	0,3	2,9	-1,8
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	3,2	3,1	3,7	3,8	3,9	4,0	3,8
Administração, Saúde e Educação públicas	4,2	0,7	2,5	4,1	-0,3	0,4	0,5
Demais subsetores	1,8	2,6	3,2	1,3	3,5	3,1	2,3
INDICADOR GERAL	3,6	1,8	2,9	3,2	1,0	1,7	0,9

Fonte: Codeplan

Sandra Regina
Andrade Silva
Núcleo de Contas Regionais da Codeplan

Pesquisa da Codeplan aponta quadro de pobreza e precária infraestrutura na PMB

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) realizou, em 2013, a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD). Trata-se da primeira pesquisa a apresentar, de forma ampla, o perfil socioeconômico da população da região, aplicada nos municípios da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) e nos seus distritos e núcleos urbanos de cinco municípios: Jardim Ingá, em Luziânia; Campos Lindos, Cristalina; Jardim ABC, Cidade Ocidental; Monte Alto, Padre Bernardo; e Girassol, Cocalzinho de Goiás.

A população total da periferia de Brasília alcançou 1.128.313 habitantes, conforme apurou a PMAD que não pesquisou as áreas rurais, onde residem 56.730 pessoas. No meio urbano vive 1.071.583 habitantes (Gráfico 1). A participação de 545.218 mulheres representam 50,88%, superando a população masculina que somou 526.365 homens (49,12%). A razão de sexo, expressa pelo número de homens para cada 100 mulheres, é de 96,54.

Destacam-se com maior população urbana na região, três municípios, entre 150 mil e 200 mil habitantes: Águas Lindas de Goiás (197.200) o mais populoso, localizado no limite oeste do DF. Os outros dois são Luziânia (177.501) e Valparaíso de Goiás (168.961), situados no limite sul. Somados, os três municípios compõem 50,73% da população da PMB.

Os dados da PMAD permitem observar que a população da PMB tem, majoritariamente, um perfil jovem. Mais de dois terços dos moradores (70,64%), estão na faixa etária de até 39 anos de idade. A população ido-

sa, com 60 anos ou mais, representa apenas 8,34% dos habitantes. Com relação a cor ou raça, os resultados indicam que 59,07% da população se declaram pardos/mulatos, 31,74%, brancos, 7%, pretos, e 2,18%, outras.

No que concerne à religião, a PMAD 2013 revelou que 58,28% da população da PMB declarou-se predominantemente católica. Os evangélicos somam 30,60% e os sem religião, 8,06%. Outras religiões não apresentaram percentuais significativos de adeptos. Em relação à naturalidade dos moradores, um dado surpreendente: os naturais do Estado de Goiás representam menos de um terço da população da PMB, com 30,60%. Os naturais de outras unidades da federação somam 69,40%.

Do total de migrantes, nada menos que 40,46% são naturais do DF, o núcleo da aglomeração urbana. Deve-se destacar que o número tão elevado de nascidos no DF e residentes na região não é formado exclusivamente por migrantes. Há uma parcela substantiva, de difícil mensuração, formada por pessoas que apenas “vieram nascer” nas maternidades do DF, ou seja, não são naturais do próprio município onde nasceram seus pais, isso em decorrência da inexistência ou insuficiência de locais adequados para o parto. No cenário macrorregional, o maior percentual, 43,11%, é natural do Nordeste, seguido Sudeste (12,01%). As demais regiões participam com apenas 4,10%. Quanto ao ano de chegada dos migrantes à região, verificou-se que 32,30% chegaram entre 1991 e 2000 e nada menos que a metade (49,44%) chegaram após 2000.

É muito baixo o nível de escolaridade da população metropolitana. A taxa de analfabetismo é alta (5,45%), e somada aos que têm apenas o ensino fundamental incompleto (38,89%), resulta em quase 45% da população da PMB sem ter sequer o ensino fundamental. Apenas 21,15% concluíram o ensino médio completo e 8,04% o nível superior, completo ou incompleto. Preocupante também é o fato de apenas 28.598 crianças frequentarem creche e pré-escola, enquanto 62.910 crianças menores de 6 anos estão fora da escola. Quando se analisa o local de residência correlacionado ao local de estudo, verifica-se que do total de 330.128 estudantes, 30.923, ou 9,36% estudam no Distrito Federal.

Nos municípios da PMB prevalecem forte dependência dos serviços públicos de saúde. Em decorrência do baixo rendimento médio da maioria da população e de uma

Gráfico 1: Distribuição da população total, por município - 2013 (%)

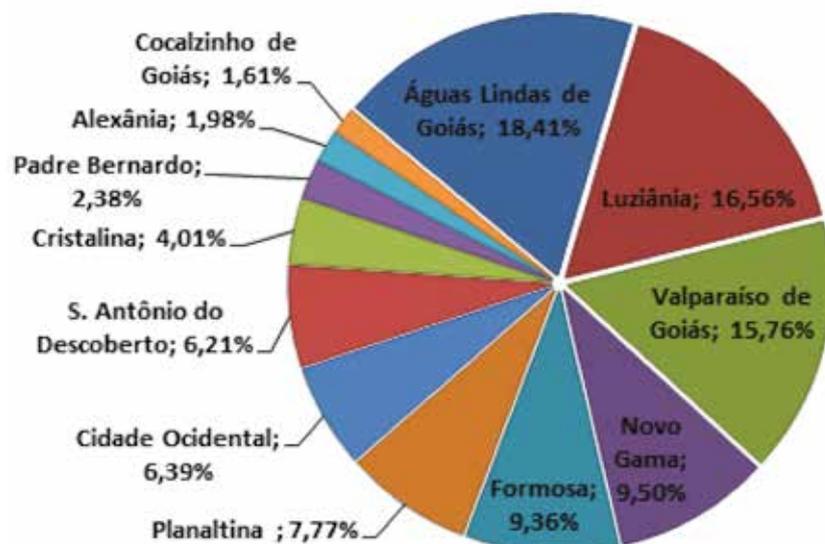
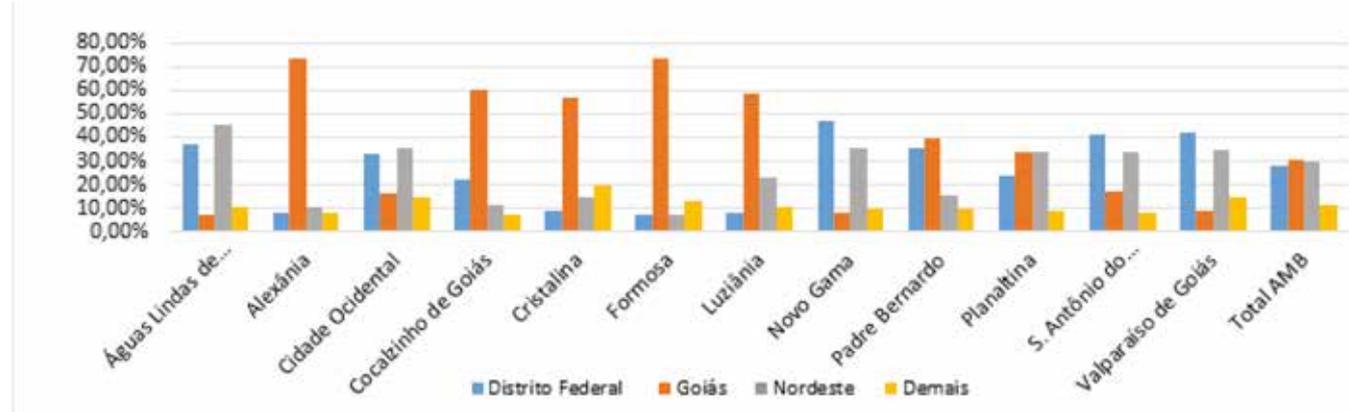


Gráfico 2: População municipal, segundo a naturalidade – 2013 (em %)



elevada taxa de informalidade no mercado de trabalho, somente 13,25% da população (141.970 pessoas) tem acesso a planos de saúde: o empresarial (6,84%) e o individual (6,41%). Em contrapartida, o acesso aos serviços públicos de saúde é quase universal, alcançando 94,14% da população, apenas 5,85% dos residentes não o utilizam. Do total de usuários, 66,10% utilizam esses serviços no próprio município, enquanto 33,68% dão preferência à utilização dos equipamentos do DF. Uma parcela ínfima (0,27%) os utiliza em Goiânia, Anápolis ou outros locais.

Os municípios que mais intensamente procuram o serviço público de saúde do DF são Novo Gama (92,58%), Águas Lindas de Goiás (58,75%), Valparaíso de Goiás (23,09%) e Santo Antônio do Descoberto (21,90%). De uma forma ainda mais intensa, os moradores dos distritos e aglomerados urbanos que buscam esses serviços no DF são: Monte Alto (94,13%), Jardim ABC (86,77%), Campos Lindos (83,36%), Girassol (61,53%) e Jardim Ingá (36,10%).

Em relação aos benefícios sociais, destaca-se o Programa Bolsa Família, 19,07% dos domicílios metropolitanos declararam receber esse benefício. Os municípios que apresentaram maior percentual de domicílios beneficiários são: Águas Lindas de Goiás (26,12%), Cocalzinho de Goiás (22,97%), Cristalina (22,39%) e Santo Antônio do Descoberto (21,17%).

Quanto à ocupação da população urbana, 906.252 pessoas têm acima de 10 anos, 514.284 podem fazer parte da População Economicamente Ativa (PEA), abrangendo

os que têm trabalho remunerado (467.576), os aposentados trabalhando (3.099) e os declaradamente desempregados (43.609). Deve-se ressaltar que o contingente de desempregados tende a estar submensurado, assim como a PEA, pois determinadas parcelas daqueles classificados como do lar, estudantes e mesmo aposentados e pensionistas, podem, em algum momento, nas últimas quatro semanas, ter procurado emprego, integrando, portanto, a PEA na condição de desempregado.

Segundo a ocupação nos setores de atividades, há ampla predominância do setor terciário, com quase 80% dos postos de trabalho. Maior destaque para o comércio, com 121.935 pessoas ocupadas (25,90%); serviços gerais, 57.587 (12,23%); e serviços domésticos, 37.107 (7,88%). A ocupação na administração pública envolve 47.657 pessoas (10,13%), sendo 22.996 na administração pública municipal do Estado de Goiás; 14.433 no Governo do Distrito Federal e 10.228 na administração federal. Em relação ao setor secundário, destaca-se a ocupação na construção civil, com 70.994 pessoas (15,08%). A indústria de transformação emprega reduzido número de operários, apenas 22.962 pessoas (4,88%). O setor primário mostra-se pouco importante, com apenas 12.715 pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias (2,70%).

Quanto à distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação, 252.098 pessoas (53,53%) são empregados com carteira assinada. Os sem carteira são 79.281 (16,83%), contingente próximo ao dos que trabalham por conta própria (autônomos), 78.653 (16,70%).

Gráfico 2: População municipal, segundo a naturalidade – 2013 (em %)

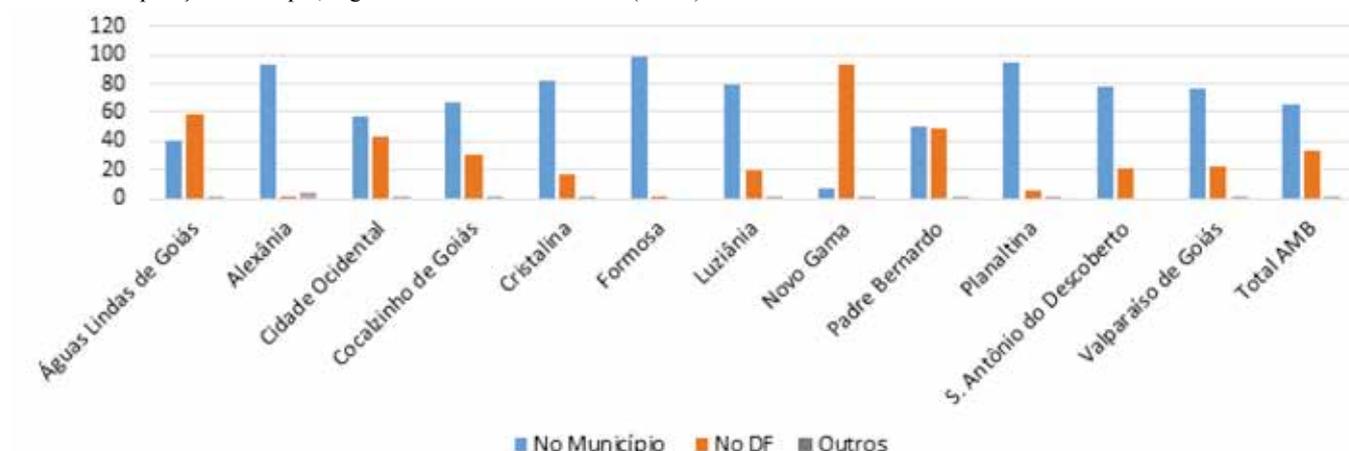




Foto: Mauro Moncaio

O evento contou com a participação do governador, prefeitos, vice-prefeitos e secretários, entre outros

Das 470.956 pessoas que trabalham, a PMAD encontrou 251.980 trabalhando no próprio município de residência (53,54%), e 211.993 pessoas (45,03%) no Distrito Federal. Em metade dos municípios que formam a periferia metropolitana, os percentuais de moradores que trabalham no DF supera o patamar de 50%. Destaca-se Planaltina (69,53%), Águas Lindas de Goiás (61,32%), Santo Antônio do Descoberto (59,38%), Novo Gama (59,34%), Valparaíso de Goiás (55,57%) e Cidade Ocidental (52,90%).

Em três outros municípios, o percentual dos que trabalham no DF oscila entre 25% e 30%: Luziânia (30,75%), Padre Bernardo (29,81%) e Cocalzinho de Goiás (24,64%). Nos outros três, o percentual dos que trabalham no DF é reduzido: Formosa (8,65%), Alexânia (5,38%) e Cristalina (2,63%). Observa-se que, em quatro dos cinco distritos ou aglomerações urbanas pesquisadas, os percentuais dos que trabalham no DF são expressivos: Jardim ABC (68,69%), Monte Alto (56,26%), Jardim Ingá (48,53%); e Girassol (41,16%), Campos Lindos, somente 10,02%. Há forte predominância da RA I (Brasília), o Plano Piloto é destino para 127.679 pessoas (60,24%) do total que têm no DF seu local de trabalho.

Os serviços bancários utilizados são, principalmente, os do próprio município de residência, das 576.515 pessoas que utilizam bancos, 469.528 (81,44%) o fazem no município de moradia, e 102.314 (17,75%) no Distrito Federal. A renda domiciliar média mensal dos municípios da PMB é de R\$ 2.043,35 ou 3,01 salários mínimos (SM). A renda per capita

mensal é de R\$ 703,61 (1,04 SM). Em relação às classes de renda domiciliar, do total de 312.374 domicílios pesquisados, 64.225 (20,56%) não declararam a renda, desse modo a pesquisa não refleti com precisão a situação real. O Quadro 1 apresenta os dados de renda apurados na PMAD comparados aos obtidos pelo Censo Demográfico de 2010.

Quanto à distribuição dos domicílios segundo a classe de renda domiciliar, entre os que declararam, predominam aqueles com renda entre 2 a 5 SM, somando 45,78% dos domicílios; em segundo lugar, os que percebem entre 1 e 2 SM (29,48%), e em terceiro, até 1 SM (11,99%) dos domicílios.

Quadro 1: comparativo do Rendimento Domiciliar Médio mensal IBGE e PMAD (R\$)

Municípios	Censo Demográfico IBGE 2010		PMAD Codeplan 2013		PMAD/Censo (%)
	Total	Urbana	Urbana	Urbana (1)	
Águas Lindas de Goiás	1.529,62	1.529,14	1.725,85	1.447,74	94,7
Alexânia	1.541,52	1.620,19	1.836,68	1.540,71	95,1
Cidade Ocidental	2.165,96	2.379,53	2.439,36	2.046,27	86,0
Cocalzinho de Goiás	1.400,45	1.715,12	1.787,07	1.499,09	87,4
Cristalina	2.297,41	2.504,43	2.157,59	1.809,91	72,3
Formosa	2.360,73	2.481,30	2.287,90	1.919,22	77,3
Luziânia	1.947,66	1.979,82	1.785,46	1.497,74	75,7
Novo Gama	1.654,82	1.659,33	1.988,69	1.668,22	100,5
Padre Bernardo	1.685,15	2.284,29	1.556,66	1.305,81	57,2
Planaltina	1.617,71	1.647,98	2.180,42	1.829,06	111,0
Santo Antônio do Descoberto	1.523,98	1.525,13	1.657,01	1.389,99	91,1
Valparaíso de Goiás	2.416,14	2.416,14	2.904,39	2.436,37	100,8

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE e PMAD/Codeplan (1) Valores deflacionados pelo IPCA acumulado no período (19,21%)



Foto: Mauro Moncaio

Codeplan divulga a PMAD na Universidade do Correios, em 18/12/2013, em seminário com 400 participantes

Já os domicílios com rendimento acima de 5 SM representam 12,75% do total, sendo 10,34% com rendimento entre 5 e 10 SM; 2,10% entre 10 e 20 SM; e ínfimos 0,31%, com mais de 20 SM. Observa-se, que os domicílios com rendimento baixo, de até 2 SM, representam 41,47% do total.

A posse de bens e equipamentos e o acesso a serviços denotam o poder de consumo de uma família e, em consequência, o potencial de mercado de uma área. Quase a metade (46,46%) dos domicílios na PMB possuem automóvel, com destaque para os municípios de Formosa, onde esse percentual chega a 58,16% e Valparaíso de Goiás (54,86%). O microcomputador está presente em 34,22% dos domicílios, com destaque para Valparaíso de Goiás (50,05%) e Cidade Ocidental (43,16%). Outro item “cobiçado”, a televisão de plasma/LCD está presente em 29,35% dos domicílios, sendo que novamente Valparaíso de Goiás apresenta o maior percentual (39,24%).

O acesso aos equipamentos culturais, contudo, é baixo. A grande maioria respondeu que não frequenta museus (95,80%), teatros (94,48%), bibliotecas (87,64%), shows (79,69) e cinemas (69,46%). Os que não tem o hábito de leitura chegam a 66,38%.

Na periferia metropolitana de Brasília, do total de 312.374 domicílios, a maioria absoluta é do tipo casa, com 94,90%. Os apartamentos representavam apenas 2,4%, indicando que o fenômeno da verticalização ainda não está muito presente na região, com a exceção de Valparaíso de Goiás, onde eles já somam 12,80%. O abastecimento de água apresenta um percentual razoável de cobertura, com 88,90% dos domicílios ligados à rede geral. Poços ou cisternas abastecem 9,00% do total, e poços artesianos levam água a 1,7%. Há, contudo, dois municípios com baixa cobertura: Cristalina (78,6%) e Luziânia (76,60%).

Mais preocupante é a cobertura de esgotamento sanitário da região. O percentual é muito baixo, apenas 31,30%. Os municípios que apresentam maior percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto são: Formosa (61,30%), Cidade Ocidental (49,90%) e Valparaíso de Goiás (45,80%). Em contrapartida, os municípios com menor índice de participação são: Cocalzinho de Goiás (3,20%), Alexânia (3,60%) e Águas Lindas de Goiás (4,00%) e nos distritos de Campos Lindos (1,30%), Jardim Ingá (1,60%) e Jardim ABC (1,80%).

Já os domicílios servidos por fossa séptica são 30,80% e os que utilizam fossa rudimentar, 37,60%. O uso disseminado de fossas rudimentares implicam em elevado potencial de contaminação das águas que podem ser consumidas sem nenhum tipo de cuidado prévio, trazendo sérias implicações na área de saúde. Os municípios que utilizam fossas rudimentares em maior proporção são Águas Lindas de Goiás (89,60%), Luziânia (78,20%) e Santo Antônio do Descoberto (54,10%).

A região é bem suprida com o serviço de limpeza urbana: 98,20% dos domicílios contam com coleta de lixo. A frequência mais comum de coleta, contudo, é a semanal (73,70%), a coleta diária abrange apenas 14,90% dos domicílios. O abastecimento de energia elétrica está praticamente universalizado, alcançando 99,60% dos domicílios. Em relação à infraestrutura urbana, a região apresenta dados positivos quanto à iluminação pública, presente nas ruas de 88,50% dos domicílios, em 76% deles as ruas estão asfaltadas e 67,60% têm meio-fio. Todavia, a rede de água pluvial, um dos itens de saneamento básico, está presente em apenas 12,40% e quase metade (47%) das ruas não têm calçadas. Quanto à ocorrência de problemas infraestruturais nas cercanias dos domicílios, a mais comum é o entulho, em 26,49%, seguida da erosão, com 14,86, área em declive (9,25%) e esgoto à céu aberto (10,01%). ■

Codeplan discute impacto das projeções demográficas para 2030

O debate foi nas áreas de emprego, educação, saúde, transporte e habitação originou uma série de matérias veiculadas na TV Globo Brasília entre os dias 16 a 20 de dezembro.

1. INTRODUÇÃO

Em 2014, quando o Brasil sediará a 20ª Copa do Mundo de Futebol, a população mundial alcançará o incrível número de 7,3 bilhões de habitantes, com 4 bilhões (55%) vivendo em cidades. Desse total, quase a metade (1,8 bilhão de pessoas) residirá em pouco mais de 400 aglomerados urbanos com mais de 1 milhão de habitantes espalhados pelo planeta, 25 deles no Brasil.

Dos residentes nas grandes cidades, cerca de 1 bilhão concentrará em 100 metrópoles com população superior a 4 milhões de habitantes, e a Área Metropolitana de Brasília (AMB) fará parte deste seletivo grupo, juntamente com outras cinco regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Deve-se destacar que 36 dessas metrópoles, duas são brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) terão mais de 10 milhões de habitantes, para um contingente de 550 milhões de pessoas.

Em junho de 2014, ocasião em que estiver acontecendo o primeiro jogo da Copa em Brasília (15/6), a população do Distrito Federal contará com 2.845 mil habitantes, que

somados a 1.155 mil na periferia metropolitana, teremos na Área Metropolitana de Brasília (AMB) a barreira dos 4 milhões de pessoas.

A população do Distrito Federal cresceu nas últimas décadas num ritmo bem mais acelerado que a das demais unidades federativas brasileiras, e tal situação deverá permanecer nos próximos 17 anos, até 2030, segundo o IBGE. Nesse período, o DF deverá incorporar mais 1 milhão de habitantes à sua população. Tal cenário significa, por exemplo, que, somente no Distrito Federal, cerca de 637 mil pessoas deverão se incorporar à População Economicamente Ativa (PEA) em relação ao total existente em 2012. Se considerarmos a periferia metropolitana, serão mais 330 mil pessoas “chegando” à PEA, perfazendo um total de 967 mil na Área Metropolitana de Brasília.

Considerando que o DF gera cerca de 50% das ocupações dos moradores na periferia metropolitana, pelo menos mais 160 mil pessoas dessa região procurarão emprego no DF, elevando a necessidade de criação de novos empregos para 800 mil pessoas, apenas para ocupar os novos integrantes da PEA, sem considerar a necessidade de gerar ocupação para os quase 280 mil que estão atual-



Foto: Toninho Leite

O seminário realizado no UniCeub, contemplando os cinco temas, contou com a participação da sociedade

mente desempregados na AMB, o que elevaria o total de novos empregos a serem criados para mais de 1 milhão.

Na área de habitação, apenas no Distrito Federal, serão necessárias 400 mil novas casas e apartamentos em relação ao número existente em 2010. Na área de saúde, a demanda para serviços direcionados à população idosa deverá crescer de forma acentuada, assim como na área de educação, as demandas para novas matrículas em alguns níveis de ensino deverão aumentar substancialmente. Na área de transporte, o aumento da frota de veículos particulares, previsto em mais 1,3 milhão de carros (automóveis e utilitários), poderá provocar o colapso do sistema de transportes, caso o fluxo não seja direcionado para o transporte coletivo de passageiros.

Essas e outras projeções tornam-se cruciais em um planejamento mais minucioso da nossa cidade, para evitar um cenário de inexorável piora da qualidade de vida.

2. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO DF/2030

A população do Distrito Federal, segundo estimativa do IBGE, alcançou 2,790 milhões em 2013. Comparando-se com o resultado apurado no Censo Demográfico de 2010 (2,57 milhões de habitantes), posteriormente ajustado para 2,602 milhões, são 188 mil novos residentes na Capital da República em apenas três anos, ou seja, o equivalente a uma cidade de mais de 60 mil habitantes a cada ano. A Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TMGCA) de 2,3%, é mais do dobro da média brasileira.

O IBGE projeta uma população de 3,773 milhões em 2030, ou seja, praticamente mais um milhão de pessoas nos próximos 17 anos, contingente próximo às atuais populações de grandes cidades como Goiânia (GO) ou Campinas (SP).

3. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA PMB/2030

A população da Periferia Metropolitana (PM) de Brasília¹ apresentou uma forte aceleração da TMGCA a partir de 1970. Entre 1970, quando a população era de 100 mil habitantes, e 1980, ao alcançar 196,2 mil, a taxa foi de 6,97% ao ano; passando a 6,79% entre 1980 e 1991; ao saltar para 404,3 mil chegou a 7,08% entre 1991 e 2000 cujo contingente populacional atingiu 748,3 mil habitantes. Entre 2000 e 2010, houve uma forte desaceleração da TMGCA para 2,97%, levando a população a 1.002,9 mil pessoas.

A estimativa populacional do IBGE para o conjunto da periferia metropolitana em 2013 é de 1,065 milhão. A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), realizada pela Codeplan, contudo, estimou a população na região em 2013 em 1,130 milhão. Dessa forma, considerando-se a estimativa da PMAD, observa-se uma re-aceleração da TMGC, para 4,05% ao ano. Dessa forma, a população da periferia metropolitana de Brasília manteve a trajetória de participação crescente no total da população metropolitana, que de 20,2% em 1991, passou a 26,4% em

2000, 27,3% em 2010, alcançando 28,8% em 2013.

A TMGCA estimada para a periferia metropolitana de Brasília, de 4,05%, é cerca de 70% superior à taxa estimada para o Distrito Federal (2,35%). Como para 2030, não há estimativa realizada pelo IBGE para municípios, a Codeplan procedeu a estimativa, admitindo três hipóteses de variação da TMGCA da periferia metropolitana de Brasília para os próximos 17 anos:

- 50% superior à projetada para o núcleo metropolitano (DF);
- 40% acima, e
- 30% acima.

Sabendo-se que a TMGCA no Distrito Federal foi estimada pelo IBGE em 2,08% entre 2013 e 2020 e em 1,59% entre 2020 e 2030, pode-se estimar as seguintes TMGCA da PMB de Brasília:

- Hipótese A: 3,12 no 1º período e em 2,39% no 2º;
Hipótese B: 2,91 no 1º período e 2,23% no 2º; e
Hipótese C: 2,70 no 1º período e em 2,07% no 2º.

Sendo assim, a população da Periferia Metropolitana de Brasília passaria na Hipótese A para 1.383 mil habitantes em 2020, representando 30,0% da população metropolitana projetada de 4.606 mil habitantes, e a 1.751 mil habitantes em 2030, representando 31,7% da população metropolitana de 5.524 mil habitantes.

Na Hipótese B, passaria a 1.363 mil habitantes em 2020, representando 29,7% da população metropolitana projetada de 4.586 mil habitantes, e a 1.699 mil habitantes em 2030, representando 31,0% da população metropolitana de 5.472 mil habitantes.

Já na Hipótese C, aumentaria para 1.344 mil habitantes em 2020, representando 29,4% da população metropolitana projetada de 4.567 mil habitantes, e a 1.649 mil habitantes em 2030, representando 30,4% da população metropolitana de 5.422 mil habitantes.

Admitindo-se como mais plausível o cenário intermediário, o conjunto da AMB, isto é, o Distrito Federal e os 12 municípios goianos vizinhos, passaria de uma população de 3,920 milhões de habitantes em 2013 para 5,472 milhões em 2030.

4. CENÁRIOS PARA 2030 NO DF E AMB, SEGUNDO OS CINCO TEMAS

Com base nas projeções demográficas, foram elaborados cenários para os cinco temas considerados, considerando-se os seguintes aspectos.

4.1 Emprego e desenvolvimento

- População Economicamente Ativa (PEA) atual e prevista (Pessoas trabalhando ou buscando vaga no mercado de trabalho);

¹ Composta pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

- b) Necessidade de geração de novos postos de trabalho para absorver a nova PEA e o atual contingente desempregado;
 - c) Distribuição e previsão dos postos de trabalho entre o setor público e o setor privado;
 - d) Distribuição e previsão espacial atual dos postos de trabalho, mantido o atual perfil
- previsão para 2030.
- e) Expansão da ocupação da terra, relação com o PDOT e o ZEE e impactos no meio ambiente.

5. CENÁRIO EM 2030

5.1 Emprego e desenvolvimento

No que concerne ao mercado de trabalho, fez-se estimativas com base nas atuais taxas de participação, de ocupação, de desemprego, da relação entre os níveis ocupacionais público x privado, medidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED/DF) e outros parâmetros calculados com base nas informações do Censo Demográfico de 2010.

Assim, a partir das projeção do IBGE para o ano de 2030, verifica-se que a população total do Distrito Federal deverá alcançar 3,773 milhões de pessoas, indicando um acréscimo de 1,046 milhão de indivíduos em comparação ao contingente contabilizado em 2012. Na Periferia Metropolitana, estima-se alcançar 1,699 milhão de pessoas, com saldo positivo de 621 mil indivíduos relativamente ao ano de 2012. Ao todo, estima-se que a AMB deverá contabilizar em 2030 um adicional de 1,667 milhão de novos habitantes.

Mantidas as mesmas proporções da População Economicamente Ativa (PEA) do ano de 2012, correspondente a 62,8% da PIA para a área urbana, a estimativa é de que em 2030 a PEA alcance 2,084 milhões de pessoas no Distrito Federal e 900 mil na Periferia Metropolitana, totalizando 2,984 milhão, significando um acréscimo de 967 mil pessoas a mais em relação à existente em 2012.

Em 2012 havia cerca de 1,740 milhão de pessoas ocupadas na AMB, sendo 1,27 milhão residentes no Distrito Federal e 470 mil residentes na periferia metropolitana. Na hipótese de que a atual taxa de desemprego se mantenha em 12,2%, será necessário em 2030, a criação de 1,83 milhão postos de trabalho no DF e 742 mil na periferia metropolitana, totalizando 2,572 milhões na AMB, ou seja, 832 mil novos postos de trabalho, sendo que desse total, 691 mil gerados no Distrito Federal (555 mil para residentes no DF e 136 mil para residentes na periferia metropolitana). Para zerar o contingente desempregado, absorvendo o contingente de desempregados projetado (mantida a atual taxa de desemprego), o número de empregos a serem gerados na AMB ascenderia a 1,244 milhão, sendo um pouco mais de 1 milhão no DF.

É importante ressaltar que o Distrito Federal só alcançou a marca de 1 milhão de pessoas ocupadas após 50 anos de existência e, com base nas estimativas acima, será preciso gerar nos próximos 17 anos outro tanto, quantitativo que remeta à necessidade premente de diversificação da estrutura econômica da Capital Federal e de sua periferia metropolitana, primando pelo aumento da participação do segmento industrial, atividade econômica de maior efeito multiplicador na geração de postos de trabalho numa economia.

Há de se considerar, também, que o setor público certamente não terá condições de responder pela geração de

4.2 Educação

- a) População atual e prevista por faixa etária, segundo o nível de ensino:
 - 0 a 3 anos – Creche
 - 4 a 5 anos – Pré-escola
 - 6 a 14 anos – Fundamental
 - 15 a 17 anos – Médio
 - 18 a 24 anos – Superior;
- b) Número atual de professores e o necessário em 2030, segundo nível de ensino;
- c) Oferta atual de vagas em tempo integral para os níveis de ensino fundamental e médio e demanda prevista;
- d) Oferta atual de vagas em cursos técnicos profissionalizantes e demanda prevista.

4.3 Saúde

- a) Número atual de leitos hospitalares e o necessário em 2030 (em estabelecimentos públicos e privados);
- b) Número atual de médicos e o necessário em 2030;
- c) demanda atual e prevista de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF);
- d) Cobertura vacinal atual e prevista para menores de 1 ano e para idosos (60 anos e mais).

4.4 Infraestrutura de transporte

- a) Número de viagens/dia, segundo a repartição modal atual e a prevista para 2030, mantida a atual distribuição espacial dos postos de trabalho;
- b) Projeção da repartição modal, seguindo algumas variáveis (aumento previsto da frota de veículos; investimentos em transporte de ônibus e metroviário, impacto da renda na opção pelo modal etc.);
- c) Ampliação da demanda de espaço para circulação e estacionamento e impactos previstos no congestionamento de trânsito, aumento no tempo de viagem, ocorrência de acidentes de trânsito, emissão de poluentes, aumento de custos etc.).

4.5 Infraestrutura urbana (habitação, água, esgoto e energia)

- a) Número atual de unidades habitacionais ocupadas, desocupadas, precárias (subnormais) e alugadas/cedidas e previsão de novas habitações necessárias em 2030;
- b) Consumo atual de água, por segmento (residencial, comercial, industrial, agrícola e institucional) e previsão para 2030;
- c) Suprimento atual por fontes situadas no DF e capacidade limite; e
- d) Atendimento atual da rede geral de esgoto sanitário e

postos de trabalho na magnitude exigida, cabendo ao setor privado a maior responsabilidade nessa resposta, oxigenado pelo segmento industrial.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se à concentração de postos de trabalho na RAI – Brasília (Plano Piloto), que atualmente concentra cerca de 48% dos empregos do DF. São 723 mil ocupações, em 2030, se mantiver a mesma participação, aumentará para 1,056 milhão, ou seja, mais 333 postos de trabalho, com fortes implicações na dinâmica de mobilidade do DF e de toda a área metropolitana. É imperioso que se incentive a dinamização de atividade produtivas nas demais RAs e na periferia metropolitana, numa política de desafogar o centro nervoso da Capital Federal.

5.2 Educação

O Distrito Federal é uma das unidades da federação que apresenta os melhores indicadores referentes à educação no país. Em relação ao analfabetismo, por exemplo, somente o Estado de Santa Catarina apresentou índice menor do que o apresentado pelo DF, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD- IBGE-2012).

Analisando-se cada nível de ensino, observa-se que em relação à Educação Infantil, o INEP/MEC aponta que no DF, em 2012, apenas 32,6% (79.462) das crianças de 0 a 5 anos (243.781) frequentavam unidades escolares, destacando-se o ensino privado como responsável por 60,1% das matrículas nesta etapa escolar. No DF, as creches públicas eram apenas 29 unidades, enquanto o setor privado totalizava 356. No caso da Pré-Escola, que abrangia em 2012, 626 unidades escolares, 38,3% eram públicas distritais e 61,7% privadas. A hipótese adotada pela Codeplan pressupõe que, em 2030, alcancemos a situação ideal, ou seja, que todas as crianças de 0 a 5 anos (estimadas em 258.369) passem a frequentar a pré-escola, significando a necessidade de 178.907 novas matrículas. O aumento no número de professores na educação infantil deverá ser incrementado em 9.562.

No Ensino Fundamental, os dados referentes às matrículas efetuadas em 2012, nesse nível de ensino, superavam a quantidade de crianças de 6 a 14 anos domiciliadas no DF, sinalizando que os estabelecimentos de ensino do DF comportavam um contingente expressivo de alunos residentes em municípios da periferia metropolitana de Brasília, assim como a existência de um número significativo de crianças estudando fora da série recomendada. Os alunos estavam distribuídos em 526 escolas públicas distritais, uma escola federal e 311 privadas.

Considerando-se que, em 2030, estejam abarcadas pela rede escolar do Ensino Fundamental, somente crianças de 6 a 14 anos domiciliadas no DF, estima-se que o número de matrículas totalize 389.000, um quantitativo inferior ao encontrado em 2012, o que implicaria, mantida a atual relação professores/alunos, na redução de 874 professores.

Com referência ao Ensino Fundamental em Tempo Integral, foram computadas em 2012 apenas 14.268 matrículas

no DF (3,7% das crianças na faixa de 6 a 14 anos), sendo 83,3% em estabelecimentos da rede pública distrital e 16,7% da rede privada. A hipótese adotada para 2030 é a de que 70% das crianças na faixa de 6 a 14 anos estejam na escola integral, o que significaria a necessidade de 258.032 novas matrículas. É fato que tal nível de atendimento implicaria numa forte ampliação do número de salas de aulas, bem como e, principalmente, vultosos investimentos em recursos humanos para ampliação do quadro de profissionais.

No segmento populacional de 15 a 17 anos, faixa etária apropriada ao Ensino Médio, o quadro em 2012 era de que 76,7% (111.774) dos jovens nesta faixa (145.693) estavam matriculados. Em 2030, a estimativa é de que haverá uma pequena redução no contingente de jovens nesta faixa etária (138.717), mas como se adotou a hipótese de que 100% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estarão cursando o Ensino Médio, significa que será necessária a oferta de 26.943 novas matrículas. Nesse caso, estima-se que será também necessária a contratação de 1.187 novos professores.

Quanto à Educação Profissional, havia no DF, em 2012, 14,6 mil matrículas, sendo que as instituições públicas federais respondiam por 19,6% deste contingente, 24,6% pela rede pública distrital e a rede privada foi responsável por 55,8% do total. A hipótese adotada é a de que, em 2030, 50% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos (138.717) estejam na Educação Profissional, o que requeria 69.358 novas matrículas e a contratação de 3.120 professores.

Para a Educação Superior, vinculada à faixa etária de 18 a 24 anos, estima-se um pequeno número de 356.027 para 360.249 jovens. Em 2012, 53,7% deste segmento populacional ocupava vagas em estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados. A hipótese adotada é a de que o percentual crescerá para 75% em 2030, significando a necessidade de 79.130 novas matrículas e a contratação de 3.888 professores.

5.3 Saúde

Ao construir o cenário das demandas na área da saúde em 2030, foram considerados os dados mais recentes (outubro de 2013) disponíveis na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e adotados como referência os indicadores preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, para cada um dos tópicos considerados.

Em relação ao número atual de leitos hospitalares, segundo a Portaria n.º 1101/GM/2002, estipula-se como desejável, 2,5 para cada 1.000 habitantes (1 leito para 400 habitantes). Em 2013, segundo a SES/DF, o número de leitos disponíveis no DF é de 6.808, ou seja, o DF possui hoje uma média de 410 habitantes por leito, número superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde. Considerando a rede pública (SUS), o número de leitos existente é de 4.433, correspondendo 629 habitantes por leito. Em 2030, se considerarmos como meta 400 habitantes por leito, serão necessários 9.433 leitos, um aumento de 2.625

unidades. Se considerarmos somente a rede pública, será preciso a implantação de 5 mil leitos.

Quanto ao número de médicos, o patamar mínimo recomendado pela OMS é de 1 médico para mil habitantes e, para um melhor padrão de atendimento, de 1 médico para 500 habitantes. Segundo o Banco de Dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), o DF tem, dentre as várias especialidades, 15.174 médicos, o que representa uma média de 1 médico para 184 pessoas, proporção muito superior à recomendação da OMS. Somente na rede pública de saúde, atuam 6.748, o que representa 1 médico da rede SUS para 413 pessoas.

Para 2030, considerando a necessidade de 1 médico para 500 habitantes, o Distrito Federal necessitaria de 7.456 médicos, número substancialmente inferior ao que já existe, ou seja, seriam dispensáveis 7.718 médicos trabalhando no DF, expressão da enorme concentração dos médicos brasileiros nos grandes centros urbanos, que tem, como contrapartida, a escassez de médicos nos pequenos municípios, razão pela qual o Governo Federal instituiu o Programa Mais Médicos. Em relação ao contingente de médicos na rede pública, tendo também como meta a relação de 1 médico para 500 habitantes, seria necessária a contratação de mais 708 médicos para a rede até 2030.

Quanto ao Programa de Saúde da Família (PSF), o CNES indica a existência de 230 Equipes da Saúde da Família (ESF) no Distrito Federal em 2013. Considerando que cada equipe atende 3 mil pessoas, a cobertura é de 26% da população total. A meta da SES/DF prevê uma cobertura superior a 70% da população em 2030, o que significa que serão necessárias 880 equipes, ou seja um aumento de 650 ESF.

Em relação à cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano, dependendo da vacina aplicada, esta variou de 85,0% a 100,0%, ou seja, entre 37.350 e 43.950 aplicações em 2013. Segundo as estimativas para 2030, o DF terá 45.712 crianças nessa faixa de idade. Tendo como meta 100% de cobertura vacinal, é preciso um pequeno incremento, entre 1.762 e 8.362 vacinas, para combater as doenças.

No caso da população de 60 anos ou mais, a cobertura vacinal de influenza garantiu a imunidade, em 2013, de 84,5% dos idosos (158.090). A projeção populacional para 2030 desta faixa etária é de 618.432 pessoas e, para uma cobertura de 100,0% será necessário a ampliação em 460.342 novas vacinas.

5.4 Infraestrutura de transporte

O número de viagens realizadas em um dia útil no Distrito Federal foi de 3,77 milhões em 2010, sendo 2,89 milhões por modo motorizado (76,7%). Nos municípios goianos da periferia metropolitana de Brasília, foram realizadas 1,03 milhão de viagens, sendo 550 mil motorizadas (53,4%). No total da Área Metropolitana de Brasília (AMB), o total de viagens somou 4,8 milhões, sendo 3,44 milhões motorizadas.

No DF, em 2010, 35,8% das viagens eram realizadas por modo coletivo, 31,8% por ônibus e 4,0% por metrô; 40,9% por modo individual, sendo 39,0% por veículo particular e táxi e 1,9% por motocicleta ou motoneta e 23,3% por modo não motorizado. Já nos municípios da AMB, 40,3% das viagens eram realizadas por modo coletivo, exclusivamente por ônibus; 13,1%, individual; 9,7% por veículo particular e táxi e 3,4% por motocicleta ou motoneta, e 46,6%, não motorizado.

Destaca-se no DF a importância relativa do transporte individual. Nos municípios da periferia metropolitana, é evidente a importância dos deslocamentos por modo coletivo e por modo não motorizado. As viagens por motivo trabalho correspondiam a 53% do total de viagens no DF, e 64% nos municípios metropolitanos, enquanto àquelas por motivo estudo equivaliam a 25% no DF, e 18% nos municípios periféricos. Assim, constata-se que cerca de 80% das viagens diárias são realizadas por motivo trabalho e ocorrem, predominantemente, no horário de pico.

Cabe ressaltar, ainda, que apenas o Plano Piloto foi o destino de 32,3% do total das viagens em 2010, ou seja, 1,216 milhão. Este quadro se traduz em congestionamentos na hora de pico nas principais vias, aumento do tempo de viagem para todos os modos, demanda por vagas de estacionamento, ocorrência de acidentes, emissões de poluentes e perda de qualidade de vida.

Constata-se que o crescimento da renda da população, incide em aumento da taxa de motorização. Segundo dados do Denatran, a frota de veículos do DF passou de 651,5 mil veículos (automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas) em 2002 para 1,387 milhão em 2012, ou seja, enquanto a população do DF cresceu 23,6% nesse período, a frota teve um incremento de 112,9%. Para 2030, na ausência de projeções oficiais, a Codeplan adotou a hipótese de uma forte redução no ritmo de crescimento da motorização da população brasiliense e, conseqüentemente, no menor ritmo de crescimento da frota de veículos. Mesmo assim, a frota total de veículos alcançaria 3,02 milhão, ou seja, um aumento de 1,633 milhão em relação à frota existente em 2012.

Quanto à projeção do número de viagens para 2030, admitindo-se a mesma estrutura de modais verificada em 2010, estimou-se um total de 5,74 milhões de viagens no Distrito Federal, com aumento de 1,97 milhão de viagens em relação à 2010 e 1,85 milhão de viagens nos municípios da periferia metropolitana, com incremento de 820 mil viagens, num total para a AMB de 7,59 milhões de viagens e aumento de 2,79 milhões sobre 2010. Mantida a atual estrutura modal, o incremento será de 1,96 milhão de viagens motorizadas na AMB, sendo 1,05 milhão por transporte coletivo e 910 mil por transporte individual, ficando as viagens não motorizadas com mais 830 mil viagens.

5.5 Infraestrutura urbana (habitação, água, esgoto e energia)

O tema ocupação do solo e infraestrutura urbana en-

volve diversos aspectos, tais como habitação, abastecimento d'água, saneamento e energia elétrica. Em relação à habitação, o Distrito Federal, segundo o Censo Demográfico de 2010, tinha 2,602 milhões de habitantes, que residiam em 775 mil unidades habitacionais (UH), resultando numa ocupação média de 3,36 pessoas/UH. O total dessas unidades somavam 855 mil, pois 80 mil achavam-se desocupadas (pelos mais diversos motivos), devendo-se também mencionar que 40 mil estavam localizadas nas ocupações subnormais e 210 mil eram imóveis alugados ou cedidos.

Quadro 1: Vazão média, mínima, retirada e consumida e destino da água nas bacias do DF

Discriminação	Bacia do Paraná					Bacia São Francisco	Bacia Tocantins	Total
	Vazão em m³ por segundo							
Vazão	Descoberto	Corumbá	Paranoá	São Bartolomeu	São Marcos	Preto	Maranhão	Total
Vazão mlt (1)	19,36	17,14	16,72	30,72	1,66	28,01	34,07	147,68
Vazão Q90	9,78	7,18	9,46	13,24	0,46	10,18	11,92	62,22
Vazão retirada	5,81	0,30	2,12	1,92	0,11	1,81	0,38	12,45
Vazão consumida	4,87	0,06	1,90	0,61	0,05	0,65	0,17	8,31
Retirada	(retirada em %)							
Urbano	78	60	92	60	-	10	50	67
Rural	2	10	3	5	2	5	13	2
Irrigação	20	20	5	35	98	85	18	30
Industrial	-	-	-	-	-	-	19	1

(1) Vazão média de longo termo (2) Vazão mínima com 90% de permanência

A Codeplan, considerando a tendência de progressiva redução do número médio de moradores por domicílio (fenômeno vinculado à fatores diversos como elevação da renda, aumento da dissolução das relações conjugais etc.), estimou a ocupação média de 3,0 habitantes/UH em 2030. Em face da estimativa para o mesmo ano de uma população no DF de 3,773 milhões, o número de UH necessários para acomodar a população brasileira em 2030 seria de 1,257 milhão, isto é, seriam necessárias 402 mil novas habitações. Se for considerado o objetivo de zerar o contingente de moradores residentes em ocupações subnormais (hoje, são 40 mil UH), este número subiria para 442 mil UH.

Quanto ao uso da água, deve-se inicialmente destacar que o Distrito Federal, segundo a ADASA, abrange um conjunto de três regiões hidrográficas (rios Paraná, São Francisco, Tocantins/Araguaia) e sete bacias hidrográficas: a região hidrográfica do Paraná, compreendendo as bacias dos rios Corumbá, Descoberto, Paranoá, São Bartolomeu e São Marcos; a região hidrográfica do São Francisco, com a bacia hidrográfica do rio Preto e a região hidrográfica do Tocantins/Araguaia, com a bacia hidrográfica do rio Maranhão. O quadro 1 revela a situação em cada bacia.

Quanto ao consumo d'água especificamente fornecido pela CAESB (não incluindo poços artesianos, cisternas e para irrigação), em 2011, excetuando o agrícola, foi de 187 milhões de m³, 83,4% para uso residencial; 9,8%, comercial; 5,9%, institucional e apenas 0,9%, industrial. Para 2030, mantido o mesmo consumo per capita, projetasse um consumo total de 296 milhões de m³, incremento de 109 milhões de m³ sobre o consumo atual.

Em relação ao uso agrícola, de mais difícil mensuração, estima-se que tenha sido, em 2011, 150 milhões de m³, destinado principalmente à produção de grãos em área irrigada e, considerando-se a estimativa de aumento da produção de grãos em 50% até 2030, estimou-se a mesma expansão no uso d'água para esse fim de 225 milhões de m³, um acréscimo de 75 milhões de m³ sobre a demanda atual.

Quanto ao esgotamento sanitário, a PDAD/DF, realizada pela Codeplan, mostra que, em 2011, 684 mil do-

micílios, ou seja, 87,2% do total de domicílios ocupados (784 mil) estavam ligados à rede geral de esgoto sanitário, sendo que 100 mil eram servidos por fossa, séptica (85 mil) ou rudimentar (15 mil). Diante da estimativa de 1,257 milhão de unidades habitacionais em 2030, seria preciso 573 mil novas ligações à rede geral de esgoto sanitário.

Por fim, em relação ao consumo de energia, totalizou em 2012, segundo a CEB, 5.360 GWh, sendo 96,6% destinado ao consumo residencial, comercial, institucional e outros, ao passo que o consumo industrial respondeu por apenas 3,4%, revelando a incipiência dessa atividade no DF (na média nacional, o consumo industrial respondeu por quase 40% do consumo total). A estimativa da CEB é de que em 2030, o consumo residencial, comercial, institucional e outros totalize 12.470 GWh, significando um incremento de 7.290 GWh. Quanto ao consumo industrial, dependerá dos investimentos nesse setor que o DF possa conseguir atrair, assim como do perfil das plantas a serem implantadas. ■

Coordenação Geral

Júlio Miragaya

Equipe Técnica

GT Emprego e Desenvolvimento

Jusçanio de Souza / Carlos Alberto Reis / Newton Marques

GT Educação

Mirna de Oliveira / Ana Bocucci / Elisabeth Ferraz

GT Saúde

Lucilene Cordeiro / Lídia Barbosa / Tatiana Moreira

GT Infraestrutura de Transporte

José de Ribamar Goes / Aldo Paviani

GT Habitação e Infraestrutura Urbana

Francisco José de Souza / Delçon Carvalho / José Parente

Brasília e os Objetivos do Milênio

(*) Osvaldo Russo

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) constituem compromissos assumidos por 193 países, em 2001, com metas a serem alcançadas até 2015. Os oito objetivos acompanhados mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, no Brasil, pela Secretaria Geral da Presidência da República, são: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir a educação básica universal; 3) promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Diante disso, a Presidência da República instituiu o Prêmio ODM, de caráter anual, para selecionar, incentivar e premiar as iniciativas públicas e da sociedade civil que contribuem para o alcance desses objetivos.

Nos últimos 10 anos, 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza. O Plano Brasil Sem Miséria, lançado, em 2011, pela presidenta Dilma Rousseff, está retirando da extrema pobreza 22 milhões de pessoas nesta situação em todo o país. O desafio é imenso e exige a participação da sociedade, dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.

Brasília, além do desafio de superar a extrema pobreza, retirou dessa condição 46 mil pessoas que aqui vivem, conforme o Plano DF Sem Miséria, lançado pelo governador Agnelo Queiroz, e tem outros enormes desafios que se confundem com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

De um lado, consolidar a rede de proteção social, transferindo renda à população pobre e extremamente pobre e expandindo os serviços socioassistenciais. De outro lado, garantir a promoção social, universalizando e qualificando da Educação Básica, do Ensino Infantil ao Ensino Médio e Profissional, e a inserção social e produtiva das famílias.

Dentro desse contexto, fazer um recorte de gênero, de forma a implementar políticas públicas voltadas à proteção e promoção da mulher na sociedade, combatendo as desigualdades no mercado de trabalho e todas as formas de violência e discriminação.

Melhorar a saúde infantil e materna e combater às doenças transmissíveis, como a Aids, reduzindo a taxa de mortalidade, universalizando o acesso aos serviços públicos e qualificando principalmente a atenção básica à saúde da população.

Brasília possui a maior renda per capita do país, mas com imensa desigualdade. Em 2012, no entanto, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), rompendo o ciclo histórico de aumento da desigualdade de renda, Brasília experimentou uma redução no índice de Gini de 0,598, em 2011, para 0,572, em 2012, que, num intervalo de 0 a 1 mede o grau de concentração na renda.

Entre 2001 e 2011, segundo a PNAD/IBGE, essa nova classe C passou de 39,6% para 50,4% da população brasileira, enquanto no DF, no mesmo período, saltou de 35,6% (765 mil pessoas) para 45,8% (1,2 milhão de pessoas), representando quase meio milhão de pessoas que ascendeu socialmente, nos últimos dez anos, no Distrito Federal.

Na esfera federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com base no Censo 2010, do IBGE, divulgou dados nacionais, regionais e estaduais sobre a extrema pobreza no Brasil. Segundo esses dados, 16,2 milhões de pessoas (8,5% da população brasileira), residentes em quatro milhões de domicílios, estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, percebem renda per capita de até R\$ 70,00/mês. Deste total, 53,7% situam-se na área urbana e 46,3% na área rural.

O governador do Distrito Federal instituiu o Comitê Intersetorial para elaborar o Plano de Erradicação da Extrema Pobreza no âmbito do Distrito Federal, com a finalidade de detalhar programas, projetos e competências de cada Secretaria de Estado.

No Distrito Federal, a extrema pobreza atinge 46.588 pessoas (1,8% do total), o menor contingente do País, sendo que 43.220 delas residem na área urbana. Os estados que possuem maior população extremamente pobre são: BA (2,4 milhões), MA (1,6 milhões), CE (1,5 milhões), PA (1,4 milhões), PE (1,3 milhões), SP (1 milhão) e MG (909 mil).

A partir de 2003, com a implantação do Programa Bolsa Família, estabeleceu-se uma nova agenda social no Brasil, unificando, racionalizando e ampliando os programas de transferência de renda, responsável, ao lado do aumento real do salário mínimo e da geração de empregos,

pela redução da pobreza e das desigualdades. Nesse sentido, o Distrito Federal, assim como o Governo Federal, aponta também para esse novo caminho, assumindo o compromisso de abolir a extrema pobreza na capital da República.

O Censo Demográfico 2010 mostra que a pobreza no DF está localizada em algumas Regiões Administrativas, que apresentam maior número de domicílios com renda familiar mensal per capita abaixo de ¼ de salário mínimo: Ceilândia (5,5 mil), Planaltina (3,5 mil), Samambaia (2,8 mil) e Recanto das Emas (2,1 mil). As Regiões Administrativas que apresentam maior proporção de domicílios abaixo desse valor são: Estrutural (14,2%), Itapoã (8,4%), Varjão (7,8%), Brazlândia (7,6%) e Planaltina (7,3%).

O Plano DF Sem Miséria está suplementando a renda transferida pelo Programa Bolsa Família Federal para as famílias que não atingiram renda domiciliar mensal per capita de R\$ 140. A partir da atualização do Cadastro Único dos Programas Sociais do Distrito Federal, por meio da busca ativa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, está sendo possível delinear o perfil socioeconômico das famílias.

Os resultados começaram a aparecer, já que, em menos de um ano, o número de famílias cadastradas saltou de 179 mil para 230 mil famílias, o que permitiu construir uma matriz de programas de geração de oportunidades e inclusão produtiva, adequados a esse perfil, à demanda do mercado de trabalho e à atividade econômica do Distrito Federal.

A nova conformação da sociedade brasileira tem suscitado debates sobre a natureza e as perspectivas da nova classe social que surgiu com a ascensão de milhões de pessoas na escala social e de renda do país na última década. Segundo definição da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a chamada nova classe C é formada por pessoas com renda per capita mensal entre R\$ 291 e R\$ 1.019 (valores de 2012).

Em termos nacionais, entre 2001 e 2011, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), essa nova classe C passou de 39,6% para 50,4% da população brasileira, enquanto no DF, no mesmo período, saltou de 35,6% (765 mil pessoas) para 45,8% (1,2 milhão de pessoas), representando quase meio milhão de pessoas que ascendeu socialmente, nos últimos dez anos, no Distrito Federal.

A redução da pobreza deve-se às políticas sociais, principalmente, pelas políticas de transferência de renda e aumento real do salário mínimo, além da maior oferta de empregos formais com carteira assinada (18 milhões novos postos de trabalho). No DF, em 2011 e 2012, foram gerados mais de 120 mil empregos formais, sendo que, de 2001



para 2011, o percentual de pessoas da classe C com mais de nove anos de estudo saltou de 40% para 52%.

A partir de 2012, com a aprovação do novo Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o Governo do Distrito Federal dará continuidade e aprofundará as mudanças institucionais para tornar o DF referência em desenvolvimento humano. Nesse sentido, está acompanhando e monitorando os programas e as ações de modo a atingir as metas fixadas. Entre as suas prioridades está o alcance dos resultados relacionados aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O Distrito Federal destaca-se com melhores indicadores sociais: extrema pobreza (1,8% da população), rendimento escolar (no ensino fundamental, 88,7% de aprovação e 1,2% de abandono), mortalidade infantil (11,9 por mil nascidos vivos), incidência de HIV/Aids (média anual de 331 novos casos) e qualidade de vida (95,1% com rede de água e 88,9% com esgoto adequado). Apesar dos avanços observados, ainda revela acentuada desigualdade de gênero (as mulheres recebem, em média, 73% dos salários dos homens) e a mortalidade materna aumentou, atingindo 0,48 por mil nascidos vivos.

De acordo com o Projeto de Lei do PPA 2012-2015, estão alocados um total de R\$ 7,635 bilhões para programas e serviços relacionados aos ODM, assim distribuídos: Erradicar a Fome e a Extrema Pobreza (R\$ 1,421 bilhões), Universalizar a Educação Básica (R\$ 902,2 milhões), Promover a Igualdade de Gênero (R\$ 9,3 milhões), Reduzir a Mortalidade Infantil e Materna e Combater a Aids e outras doenças (R\$ 533,4 milhões) e Garantir Qualidade de Vida e Sustentabilidade Ambiental (R\$ 4,769 bilhões).

O governo local, com apoio do Governo Federal, assumiu o compromisso desenvolver o Distrito Federal, de forma sustentável e socialmente justa, com distribuição de renda, recuperação dos serviços públicos e participação de todos. São grandes os desafios relacionados à educação, à cultura, à saúde, ao transporte, à segurança pública, ao combate à pobreza e superação da miséria, ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, às obras de infraestrutura e à melhoria da qualidade de vida.

A expectativa é de que haja avanço substancial nos indicadores superando, até 2015, as Metas do Milênio fixadas para o Distrito Federal. A qualidade de vida e a sustentabilidade da cidade estão associadas aos desafios a serem superados. O desafio dos desafios será transformar Brasília em referência mundial como capital do desenvolvimento do Milênio. ■

(*) Osvaldo Russo é estatístico, Diretor de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan



CORECON ^{DF}
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**Economistas, participem
do seu conselho profissional.
O Corecon-DF, autarquia
federal, atua na fiscalização
do exercício da sua profissão.
Visite-nos, critique
e dê sugestões.
As conquistas são de todos.**

Conselho Regional de Economia da 11ª Região-DF
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília -DF
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429
3964-8366 / 3964-8368
Fax: (61) 3964-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br





RESULTADO
PRA MIM
É QUANDO
TEM FILA
DE ESPERA.

Resultado para o Sebrae é tudo.

Sua empresa nasceu para ter resultados e o Sebrae está aqui para ajudar na gestão do seu negócio.

Conte com nossos cursos, palestras e consultorias para lucrar e vender mais. Entra ano e sai ano, nosso negócio é oferecer conhecimento. Com os especialistas do Sebrae, você tem mais resultados.

E pra você, o que é resultado?

*Acesse www.resultadopramim.com.br
e continue lucrando em 2014.*

